

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO
MESTRADO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO**

SILVIA MARA BORTOLOTO DAMASCENO BARCELOS

**INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE EM INDÚSTRIAS DE
VESTUÁRIO NO APL DE MARINGÁ/ CIANORTE - PR**

DISSERTAÇÃO

PONTA GROSSA

2012

SILVIA MARA BORTOLOTO DAMASCENO BARCELOS

**INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE EM INDÚSTRIAS DE
VESTUÁRIO NO APL DE MARINGÁ/CIANORTE - PR**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Engenharia de Produção, do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Carlos de Francisco

PONTA GROSSA

2012

Ficha catalográfica elaborada pelo Departamento de Biblioteca
da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campus Ponta Grossa
n.20/12

B242 Barcelos, Sílvia Mara Bortoloto Damasceno

Indicadores de sustentabilidade em indústrias de vestuário no APL de Maringá/
Cianorte - PR / Sílvia Mara Bortoloto Damasceno Barcelos. -- Ponta Grossa: [s.n.],
2012.

112 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Carlos de Francisco

Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-
Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Tecnológica Federal do
Paraná. Ponta Grossa, 2012.

1. Sustentabilidade - Relatórios. 2. GRI (*Global Reporting Initiative*). 3. Vestuário. 4.
APL (Arranjo Produtivo Local). I. Francisco, Antonio Carlos de (Orient.). II.
Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campus Ponta Grossa. III. Título.

CDD 670.42



Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Campus Ponta Grossa

Nome da Diretoria
Nome da Coordenação
Nome do Curso



TERMO DE APROVAÇÃO

INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE EM INDÚSTRIAS DE VESTUÁRIO NO
APL DE MARINGÁ/CIANORTE - PR

por

SILVIA MARA BORTOLOTO DAMASCENO BARCELOS

Esta Dissertação foi apresentada às 13 horas e 30 minutos de 05 de março de 2012 como requisito parcial para a obtenção do título de MESTRE EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, com áreas de concentração em Gestão Industrial, linha de pesquisa em Gestão do Conhecimento e Inovação, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. A candidata foi arguida pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho aprovado.

Prof. Dr. Edwin V. Cardoza Galdamez
(UEM)

Prof. Dr. Luis Maurício M. de Resende
(UTFPR)

Prof. Dr. Ivanir Luiz de Oliveira
(UTFPR)

Prof. Dr. Antonio Carlos de Francisco
(UTFPR) - Orientador

Visto do Coordenador

João Luiz Kovaleski (UTFPR)
Coordenador do PPGEP

Dedico este trabalho à minha amada
família, Creusa, Lucas e Alexandre,
amores da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Deixo meus sinceros agradecimentos a todos que auxiliaram direta ou indiretamente na execução deste trabalho e que fizeram parte dessa importante fase de minha vida, estejam certos que fazem parte do meu pensamento e de minha gratidão.

Agradeço a Deus pelo presente de me conceder a vida e pela força em mais esta conquista.

Ao meu amado e amigo esposo Alexandre Dias Barcelos, pelo apoio, paciência, companheirismo e amor dedicado a mim. Ao amado e querido meu filho Lucas Gabriel Bortoloto Toniolo, pela alegria das suas brincadeiras e por fazer parte da minha vida. A minha amada e amiga mãe Creusa Bortoloto Damasceno, que sempre me apoiou e incentivou mesmo na sua simplicidade e humildade.

Ao meu querido orientador prof. Antonio Carlos de Francisco, pela sabedoria com que me guiou no decorrer dessa pesquisa, pelo apoio e incentivo, pelo carinho e amizade e pelo vasto conhecimento que me proporcionou.

Aos professores do programa de pós-graduação em engenharia de produção pelo conhecimento compartilhado.

Aos meus colegas de sala.

A Secretaria do Curso, pela cooperação.

As minhas amigas Danielly, Bruna, Carine, Leila e Camila, pelas risadas, lágrimas e união nos momentos difíceis no decorrer dessa caminhada.

Ao meu amigo Patrício Henrique Vasconcelos, pelo companheirismo.

Aos amigos que fazem parte da minha rotina, pela compreensão.

A Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

A Fundação Araucária pelo apoio financeiro concedido à elaboração da pesquisa.

Enfim, a todos os que por algum motivo contribuíram para a realização desta pesquisa.

RESUMO

BARCELOS, Sílvia Mara Bortoloto Damasceno. **Indicadores de sustentabilidade em indústrias de vestuário no APL de Maringá/Cianorte - PR.** 2012. 112 fs. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Ponta Grossa, 2012.

De origem latina “*sustentare*” significa sustentar, suportar, conservar em bom estado, manter e resistir, logo, a expressão sustentável quer dizer capacidade de ser mantido ou suportado. A sustentabilidade encontra-se fundamentada no *Triple Bottom Line*, denominado também de pilares ou dimensões. Nesse contexto, suas diversas áreas, vem ganhando elevada importância, devido a problemas ambientais, econômicos e sociais, tornando-se uma ferramenta de diferencial entre as organizações, através da qual podem desenvolver estratégias e ações mais competitivas e sustentáveis. As organizações tem inserido informações importantes em suas tomadas de decisões por meio de indicadores de sustentabilidade. Uma das ferramentas mundialmente utilizada, sendo considerada uma das mais completas em termos de indicadores é a GRI (*Global Reporting Initiative*), que apresenta em suas diretrizes, indicadores essenciais, adicionais e setoriais que auxiliam as organizações na geração de relatórios de sustentabilidade, com o intuito de se posicionarem diferentemente perante seus *stakeholders*. Logo, esse trabalho teve com objetivo avaliar a viabilidade das diretrizes da GRI-G3 para a geração de relatório de sustentabilidade em MPMDs indústrias de vestuário no APL Maringá/Cianorte - PR. Sendo assim, no referencial teórico foram abordados conceitos relacionados à sustentabilidade, relatório de sustentabilidade e APL (Arranjo Produtivo Local). O método utilizado na pesquisa foi o dedutivo, sendo a abordagem metodológica como aplicada, qualitativa, exploratória descritiva e de levantamento. Para a coleta de dados utilizou-se dois questionários, sendo o primeiro para identificar o nível de importância dos indicadores e a situação de cada indicador nas empresas pesquisadas e o segundo para identificar a materialidade dos indicadores, ou seja, quais indicadores são relevantes para compor o relatório de sustentabilidade de acordo com a percepção dos gestores. Os dados foram tabulados e tratados através de planilha eletrônica, calculando-se a média ponderada. Os resultados demonstraram diferenças entre o que os gestores percebem como importante e o que eles apontam como sendo relevante constar no relatório, bem como a situação de cada indicador, verificando-se a ausência principalmente, de um maior número de indicadores ambientais. No entanto, conforme as diretrizes da GRI-G3, para uma organização relatora iniciante é necessário identificar materialidade respondendo a um mínimo de 10 indicadores, incluindo pelo menos um de cada uma das seguintes áreas de desempenho: ambiental, social e econômico. Desse modo, pode-se concluir que, as diretrizes da GRI-G3 mostraram-se viabilizadoras de relatório de sustentabilidade em MPMDs indústrias de vestuário no APL de Maringá/Cianorte - PR, no qual foram atendidas as exigências do nível de aplicação C, para organizações iniciantes.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Relatório de sustentabilidade. GRI (*Global Reporting Initiative*). APL (Arranjo Produtivo Local).

ABSTRACT

BARCELOS, Silvia Mara Bortoloto Damasceno. **Indicators of sustainability in the clothing industry the APL of Maringá/Cianorte - PR.** 2012. 112 p. Dissertation (Mastering in Industrial Engineering) – Post graduate Program in Production Engineering, Federal Technology University - Parana. Ponta Grossa, 2012.

Latino "Sustentare" means to sustain, maintain, support, maintain in good repair, maintain and resist, hence the term sustainable means capable of being maintained or supported. Sustainability is based on the Triple Bottom Line, also called the pillars or dimensions. In this context, the various areas, has gained high importance due to environmental, economic and social rights, becoming a tool to differentiate between the organizations through which they can develop strategies and actions in order to be more competitive and sustainable. The organizations have entered information important in their decision making by means of sustainability indicators. One of the tools used worldwide and is considered one of the most complete in terms of indicators is the GRI (Global Reporting Initiative), which presents in its guidelines, key indicators, and additional sectoral organizations that assist in reporting sustainability, in order to position themselves differently towards their stakeholders. Therefore, this study was to evaluate the viability of the GRI-G3 guidelines for sustainability report generation in MPMDs apparel industries in Maringá APL / Cianorte - PR. Thus, the theoretical concepts discussed were related to sustainability, sustainability reporting and APL (Local Productive Arrangement). The method used in the research was deductive, being applied as a methodological approach, qualitative, exploratory and descriptive survey. To collect data was used two questionnaires, the first being to identify the level of importance of indicators and the status of each indicator and the second in the companies surveyed to identify the materiality of the indicators, i.e. indicators which are relevant to render the report sustainability according to the perception of managers. Data were tabulated and processed through a spreadsheet, calculating the weighted average. The results showed differences between what managers perceive as important and what they indicate as being relevant in the report included, as well as the status of each indicator, verifying the absence especially of a greater number of environmental indicators. However, according to the guidelines of the GRI-G3 reporting organization to a beginner is necessary to identify materiality responding to a minimum of 10 indicators, including at least one of each of the following performance areas: environmental, social and economic. Thus, was can conclude that the guidelines of the GRI-G3 proved to be enablers of sustainability report in MPMDs apparel industries in APL Maringá / Cianorte - PR, which have been met the requirements of the application level C for organizations beginners.

Keywords: Sustainability. Sustainability Report. GRI (Global Reporting Initiative). LPA (Local Productive Arrangement).

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Visão geral da estrutura da pesquisa	18
Figura 2 - Gráfico do nível de importância dos indicadores de desempenho econômico	49
Figura 3 - Gráfico do nível de importância dos indicadores de desempenho ambiental	52
Figura 4 - Gráfico do nível de importância dos indicadores de desempenho social – (Práticas trabalhistas e Trabalho decente)	56
Figura 5 - Gráfico do nível de importância dos indicadores de desempenho social – (Sociedade)	59
Figura 6 - Gráfico do nível de importância dos indicadores de desempenho social – (Direitos humanos)	60
Figura 7 - Gráfico do nível de importância dos indicadores de desempenho social – (Responsabilidade pelo produto).....	63

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Identificação dos indicadores de desempenho econômico nas empresas	50
Quadro 2 - Indicadores relevantes de desempenho econômico	50
Quadro 3 - Identificação dos indicadores de desempenho ambiental nas empresas	53
Quadro 4 – Indicadores relevantes de desempenho ambiental	53
Quadro 5 - Identificação dos indicadores de desempenho social - (Práticas trabalhistas e Trabalho decente) nas empresas.....	56
Quadro 6 - Indicadores relevantes de desempenho social - (Práticas trabalhistas e Trabalho decente)	57
Quadro 7 - Identificação dos indicadores de desempenho social - (Sociedade) nas empresas.....	59
Quadro 8 - Identificação dos indicadores de desempenho social - (Direitos humanos) nas empresas.....	61
Quadro 9 - Indicadores relevantes de desempenho social - (Direitos humanos)	61
Quadro 10 - Identificação dos indicadores de desempenho social - (Responsabilidade pelo produto) nas empresas	63
Quadro 11 - indicadores relevantes de desempenho social - (Responsabilidade pelo produto).....	64
Quadro 12 - Indicadores resultantes da análise	66
Quadro 13 - Indicadores viabilizadores da geração de relatório de sustentabilidade em MPMDs indústrias de vestuário no APL de Maringá/Cianorte.....	68

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Indicadores de desempenho	33
Tabela 2 - Distribuição das empresas do APL de vestuário de Maringá/Cianorte.....	46
Tabela 3 - Caracterização das empresas.....	48

LISTA DE SIGLAS

APL	Arranjo Produtivo Local
GRI	<i>Global Reporting Initiative</i>
MPMDs	Micro, Pequenas e Médias
MPEs	Micro e Pequenas Empresas
IBGE	Instituição Brasileira de Geografia e Estatística
OECD	<i>Organizational for Economic Cooperation and Development's</i>
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio

LISTA DE ACRÔNIMOS

ABIT	Associação Brasileira da Indústria Têxtil
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CERES	<i>Coalition for Environmentally Responsible Economies</i>
CESUMAR	Centro Universitário de Maringá
FIEP	Federação das Indústrias do Estado do Paraná
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SINDVEST	Sindicato da Indústria de Vestuário de Maringá
SINVEST	Sindicato das Indústrias de Vestuário de Cianorte
SINCONFEMAR	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário de Maringá
UEM	Universidade Estadual de Maringá

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO.....	13
1.2 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA	14
1.3 OBJETIVOS.....	15
1.3.1 Objetivo Geral	15
1.3.2 Objetivos Específicos	15
1.4 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA.....	15
1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO	17
2 REFERENCIAL TEÓRICO	19
2.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	19
2.2 SUSTENTABILIDADE.....	22
2.2.1 Pilares da Sustentabilidade	23
2.2.2.1 Sustentabilidade ambiental	24
2.2.2.2 Sustentabilidade social	25
2.2.2.3 Sustentabilidade econômica	27
2.3 INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE	28
2.4 <i>GLOBAL REPORTING INITIATIVE</i> (GRI) Justificar a escolha	30
2.4.1 Relatório de sustentabilidade	32
2.5 ARRANJO PRODUTIVO LOCAL (APL).....	34
2.5.1 Governança dos APLs	37
3 METODOLOGIA	40
3.1 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA.....	40
3.2 MÉTODO DE ABORDAGEM	40
3.3 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA	40
3.4 POPULAÇÃO E AMOSTRA.....	42
3.5 COLETA DE DADOS	42
3.6 TRATAMENTO DOS DADOS	44
3.7 O APL DE MARINGÁ/CIANORTE	44
4 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	48
4.1 CARACTERIZAÇÃO DAS EMPRESAS PESQUISADAS	48
4.2 INDICADORES DA CATEGORIA DESEMPENHO ECONÔMICO	49
4.3 INDICADORES DA CATEGORIA DESEMPENHO AMBIENTAL.....	52
4.4 INDICADORES DA CATEGORIA DESEMPENHO SOCIAL.....	55
4.4.1 Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente	55
4.4.2 Sociedade	58
4.4.3 Direitos Humanos.....	60
4.4.4 Responsabilidade pelo Produto	62
4.5 PRINCÍPIOS DO CONTEXTO DA SUSTENTABILIDADE E DA ABRANGÊNCIA	65

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES	70
5.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
5.2 LIMITAÇÕES DA PESQUISA	72
5.3 SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS	73
REFERÊNCIAS.....	74
APÊNDICE A - Questionário 1.....	83
APÊNDICE B - Questionário 2.....	91
ANEXO A - Nível de aplicação.....	99
ANEXO B - Descrição dos indicadores.....	101
ANEXO C – Princípios do contexto da sustentabilidade e da abrangência.....	110

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

As diversas áreas da sustentabilidade, vem criando relevância tanto no espaço acadêmico quanto no espaço empresarial. O objetivo de se alcançar a sustentabilidade de forma plena e ideal necessita de uma forte aliança como um todo, tais como, governo, sociedade, classe empresarial, entre outros.

Considerando que o desenvolvimento sustentável seja alcançado a longo prazo, corresponde a resultados cujas ações praticadas a curto prazo, voltadas aos parâmetros econômicos, sociais e ambientais, que provavelmente permitam o alcance de tal meta (NUNES, 2005).

Relevante se faz ressaltar que o compromisso direcionado à sustentabilidade tenha seu início com o envolvimento de todos os segmentos, pressupondo que seja uma opção social, organizacional, comunitária e individual dos envolvidos (SILVA; QUELHAS, 2006).

Outro ponto, que está relacionado com a competitividade organizacional, bem como o planejamento estratégico de uma organização que depende de informações adequadas para que os mesmos sejam alcançados. Os vários aspectos envolvidos no processo de tomada de decisão são de fundamental importância para o sucesso das organizações no mercado atual (FARIA, 2005).

As empresas tem dado maior valorização para as questões sustentáveis no decorrer do tempo, seja pela influente pressão envolvida por diversos atores dentre os quais se destacam, os *stakeholders* ou por obrigações legais. Vasconcelos *et al.* (2010) define *stakeholders* como sendo qualquer indivíduo ou entidade que possa afetar as atividades de uma empresa, dentre os quais pode-se citar os colaboradores, clientes, funcionários, consumidores, acionistas, planejadores, governo, fornecedores e demais instituições.

Relações contemporâneas exigem o envolvimento da globalização, dos avanços tecnológicos, de mudanças políticas, da aceleração do crescimento econômico e das informações processadas com maior rapidez. Grandes impactos são sofridos pela sociedade em detrimento de novas relações em que os agentes, tais como as empresas envolvem suas responsabilidades e causam tal efeito social.

Ato contínuo, o meio ambiente é objeto de proteção das empresas que procuram desenvolver suas atividades de maneira sustentável, buscando a conciliação da responsabilidade com a promoção de soluções necessárias que satisfaçam a população sem o comprometimento dos recursos naturais para gerações futuras (LEITE FILHO; PRATES; GUIMARÃES, 2009).

O ritmo competitivo do mercado demonstra a consciência dos investidores que exigem uma ética social impecável das organizações, evidenciando assim, a preocupação com as informações aos *stakeholders* para que os mesmos possam evitar ou diminuir riscos e problemas globais, como aperfeiçoamento de um processo por meio de relatórios de sustentabilidade, os quais demonstrem eficiência e eficácia em tais informações publicadas. Esse relatório deve informar as ocorrências de natureza econômica, social e ambiental, cuja identificação mensure e disponibilize a divulgação das ações que as organizações desenvolvem (LEITE FILHO; PRATES; GUIMARÃES, 2009).

1.2 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

De fato existe uma grande cobrança das esferas sociais sobre grandes organizações, que exigem dos investidores e dos *stakeholders* a aplicação de uma pressão sobre as organizações, para que informem sobre aspectos sociais e ambientais provocados por suas atividades. De forma mundial as empresas vem demonstrando, por meio de relatórios de sustentabilidade sua atitude e proposta para redução de impactos inerentes às suas atividades.

A GRI (*Global Reporting Initiative*) tem oferecido às grandes organizações mundiais a possibilidade de publicação dos referidos relatórios num padrão global. Tal publicação disponibiliza enormes benefícios gerenciais, considerando que a GRI é objeto de apreciação dos grandes investidores que a consideram forte ferramenta indispensável para a negociação de títulos mercantis no mundo.

Como numa forma de padronizar tais informações, a GRI avança permitindo que os *stakeholders* e investidores observem a adoção de posturas cujas empresas praticam, bem como, possam detectar os impactos resultantes das suas atividades, inclusive, quais suas atitudes para que os mesmos sejam evitados, e assim, o que vem sendo estabelecido em confronto com os relatórios da concorrência (LEITE

FILHO; PRATES; GUIMARÃES, 2009).

Mesmo com ausência de obrigatoriedade as informações ambientais são evidenciadas fazendo parte do dia a dia de grandes organizações brasileiras, logo, a não evidenciação impacta a competitividade com grande desvantagem (MUSSOI; BELLEN, 2010).

A partir do contexto exposto acima, definiu-se o seguinte problema de pesquisa: **Quais indicadores das diretrizes da GRI-G3 (*Global Reporting Initiative*) podem ser definidos como viabilizadores da geração de relatório de sustentabilidade em indústrias de vestuário no APL de Maringá/Cianorte - PR?**

Com o intuito de responder este questionamento da pesquisa foram traçados os objetivos descritos a seguir.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

Avaliar a viabilidade das diretrizes da GRI-G3 para a geração de relatório de sustentabilidade em micro, pequenas e médias (MPMDs) indústrias de vestuário no APL de Maringá/Cianorte - PR.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Investigar a importância dos indicadores de sustentabilidade para os gestores em MPMDs indústrias de vestuário no APL de Maringá/Cianorte - PR;
- Mapear a situação de cada indicador de sustentabilidade em MPMDs indústrias de vestuário no APL de Maringá/Cianorte - PR;
- Identificar indicadores de sustentabilidade que viabilizam a geração de relatório de sustentabilidade em MPMDs indústrias de vestuário no APL de Maringá/Cianorte - PR.

1.4 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

O Brasil possui muita diversidade, desde sua origem, devido sua miscelânea de cultura. Inovações nacionais combinam até hoje, belezas naturais e ferramentas tecnológicas, técnicas tradicionais e design e ainda, trabalho social e meio ambiente.

Não haveria de ser diferente no setor têxtil, com o setor nacional de confecção que envolve mais de 30 mil empresas, gerando 1,65 milhões de empregos em seu conglomerado, que se utiliza de fios, tecelagens, confecções e fibras (ABIT, 2011).

Na classificação mundial, o Brasil encontra-se entre os 10 mercados têxteis principais, e ainda, entre os parques fabris mundiais, posicionando-se em 2º lugar como um fornecedor de índigo e 3º lugar de fornecedor de malha, estando entre os cinco países que mais produzem confecção e atualmente encontra-se dentre os oito mercados de tecidos, fios e filamentos (ABIT, 2011).

Tais empresas nacionais sejam de grandes ou pequenas cooperativas ou corporações, possuem alguma coisa em comum, que consiste no encontro contínuo de alternativas sustentáveis, a consideração e reconhecimento com o meio ambiente, bem como, a busca de conscientização de retorno para as comunidades inseridas (ABIT, 2011).

De acordo com o SEBRAE (2010), pautado nas informações da ABIT, o Estado do Paraná é o quarto maior produtor têxtil do país. O estado possui 6 APLs com grande presença de MPEs reconhecidas pela qualidade do processo produtivo, reunindo mais de 6 mil indústrias que produzem aproximadamente 150 milhões de peças e faturam cerca de R\$ 4 bilhões/ano. O setor é o segundo maior empregador do Estado, representando cerca de 6,8% da massa de trabalhadores atuantes no setor no Brasil. A maior concentração de empresas deste setor está na região Noroeste do Paraná. Sendo assim, as empresas voltam suas atividades à diferenciação de produto (conceitos de moda e design), com intuito de serem mais competitivas e sustentáveis.

Em contra posição, esse setor possui grande potencial poluidor seja no ramo têxtil ou diverso desse, cujas atividades têxteis encontram disposição expressa na lei Federal nº 10.165/2000, tendo em vista o alto nível de poluição (ABIT, 2010).

Verificou-se com isso que, apesar do número de estudos sobre sustentabilidade estarem crescendo, nota-se uma lacuna de estudos evidenciando a precariedade de pesquisas no Brasil, que abordem o tema de indicadores de sustentabilidade no setor de vestuário. Ao se pesquisar publicações pela CAPES

(Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), não foram encontrados trabalhos que articulem o tema proposto no setor de vestuário. Isso torna esta pesquisa relevante, não apenas pelo fato de reforçar a importância que este tema representa para as organizações, mas, por proporcionar uma visão mais abrangente da interdisciplinaridade desse tema. A escolha do tema para esse estudo se justifica pelo fato de proporcionar um melhor entendimento das ações praticadas, bem como os impactos das organizações, auxiliando a tomada de decisão dentro das mesmas, aumentando o seu nível de competitividade e oportunizando também, testar os indicadores propostos pelas diretrizes GRI-G3 em empresas de micro e pequeno porte que fazem parte do APL objeto de estudo.

1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO

Esse estudo está estruturado em 5 capítulos, conforme descrito a seguir:

Capítulo 1: apresenta a contextualização do tema, abordando o problema da pesquisa, os objetivos e a justificativa.

Capítulo 2: apresenta a fundamentação teórica, no qual são abordados conceitos sobre sustentabilidade, relatório de sustentabilidade e Arranjo Produtivo Local.

Capítulo 3: apresenta a metodologia utilizada para contemplar os objetivos propostos, explicitando a delimitação da pesquisa, o método de abordagem, a classificação da pesquisa, a população e amostra, a coleta de dados, o tratamento dos dados e o APL de Maringá/Cianorte.

Capítulo 4: apresenta a apresentação, análise e discussão dos resultados.

Capítulo 5: apresenta as considerações da pesquisa e sugestões para trabalhos futuros.

Na Figura 1 é apresentada uma visão do desenvolvimento da pesquisa.

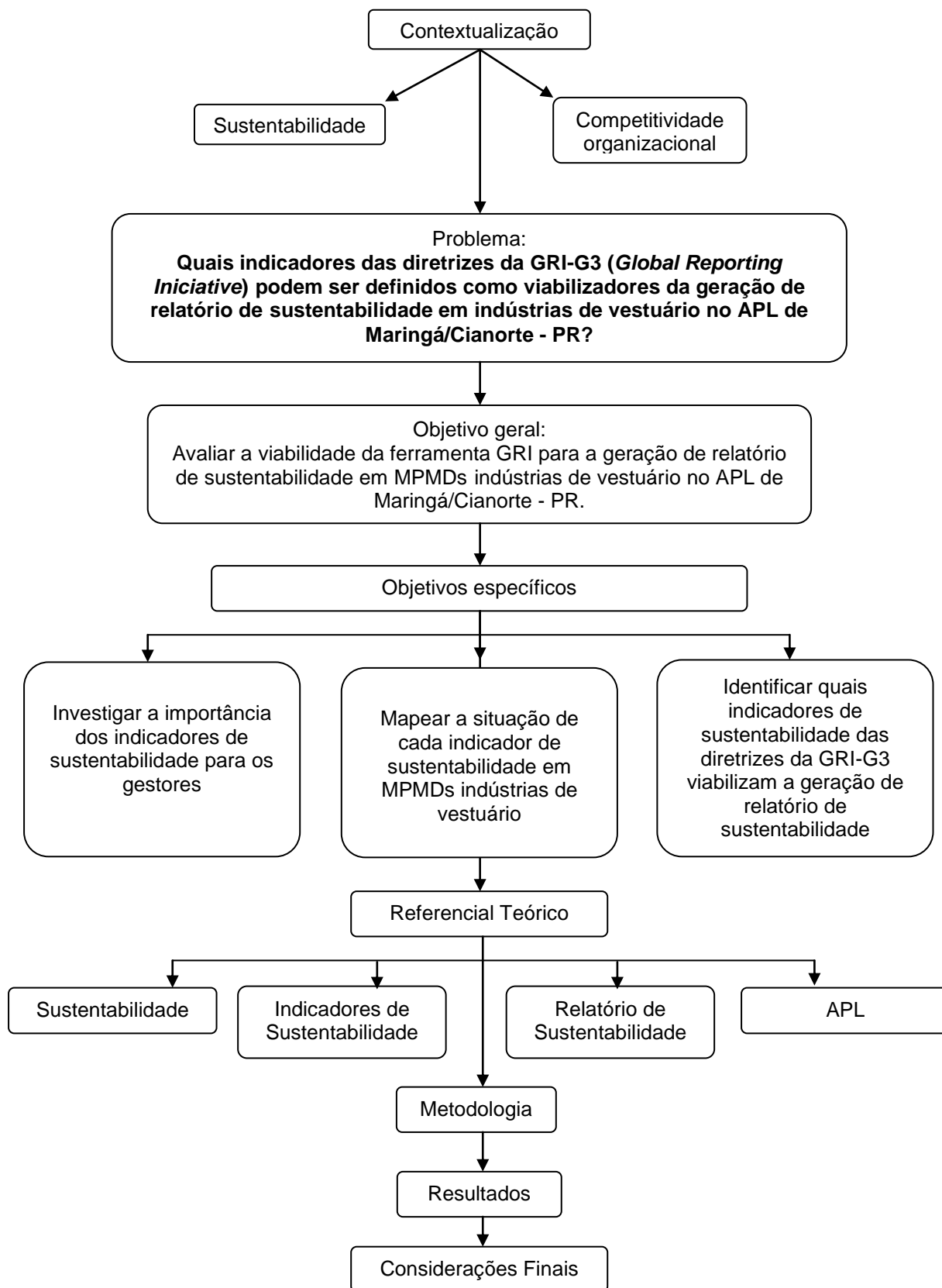


Figura 1 – Visão geral da estrutura da pesquisa
Fonte: Autoria própria

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesse capítulo são apresentados os assuntos pesquisados para embasamento da pesquisa, tais como, desenvolvimento sustentável, sustentabilidade, pilares da sustentabilidade, sustentabilidade ambiental, sustentabilidade social, sustentabilidade econômica, Indicadores de sustentabilidade, *Global Reporting Initiative (GRI)*, relatório de sustentabilidade, Arranjo Produtivo Local (APL) e governança dos APLs.

2.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A revisão literária é de amplo conteúdo no que se refere a desenvolvimento sustentável, seja em que consiste ou o que significa o termo em si (WILLS-JOHNSON, 2010).

O termo desenvolvimento sustentável foi gerado por meio do conceito de ecodesenvolvimento no ano de 1972 em Estocolmo, na Suécia, durante a Primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Na década de 1980 surge então o conceito de desenvolvimento sustentável durante a Comissão de Brundtland (ESTENDER; PITTA, 2008; ZILANS; ABOLINA, 2009).

O desenvolvimento sustentável definido pela Comissão de Brundtland foi grandemente disposto para garantir que o desenvolvimento econômico e social tivesse seu processo de modo ambientalmente sustentável (VILHENA, 2007; SICHE *et al.*, 2007).

No ponto de vista de Glavic e Lukman (2007) e Seuring e Müller (2008) a responsabilidade econômica enfatizada em busca da evolução do ser humano, considerando o processo ambiental e social, logo um paradigma entre recursos econômicos, ambientais e sociais acontecem frente ao desenvolvimento sustentável, visando a contribuição para melhoria de vida das gerações futuras e presentes, considerando a vontade política como base.

De acordo com Veiga (2008) e Nogueira (2009), Ignacy Sachs foi um dos autores que mais se dedicaram ao assunto nos últimos 60 anos, e explicita convicção de que o desenvolvimento “pode permitir que cada indivíduo revele suas

capacidades, seus talentos, e sua imaginação na busca da auto-realização e da felicidade, [...]” e diz ainda que desenvolvimento “tem a ver, primeiro e acima de tudo, com a possibilidade de as pessoas viverem o tipo de vida que escolheram, e com a provisão dos instrumentos e das oportunidades para fazerem suas escolhas.” (VEIGA, 2008, p. 80,81).

Desenvolvimento de acordo com Sachs (2008), não significa crescimento econômico, pois seus objetivos vão além da multiplicação da riqueza material. É uma condição fundamental, mas não suficiente para se obter a meta de uma vida melhor de forma completa para todos. “Igualdade, equidade e solidariedade estão, por assim dizer, embutidas no conceito de desenvolvimento, com consequências de longo alcance [...]” (SACHS, 2008, p. 14).

Fialho *et al.* (2008, p. 40) entendem como “a modificação provocada na biosfera e a ampliação de recursos humanos, financeiros, [...], visando a satisfação das necessidades humanas.” Nesta perspectiva, desenvolvimento caracteriza-se como tal, quando ele amplia o emprego, reduz a pobreza e ameniza as desigualdades. Não basta promover a eficiência alocativa, tem a necessidade de equilíbrio de sintonia fina entre cinco diferentes dimensões:

- a) Social;
- b) Ambiental;
- c) Territorial;
- d) Econômica;
- e) Política.

De acordo com os autores supra citados, desenvolvimento sustentável representa a procura de progresso civil na compatibilidade dos padrões de preservação natural. Tais atividades sejam de qualquer vínculo, desde que projetadas, devem primar por padrões de conservação, isto é, que seu progresso enquadre-se aos níveis, o mais possível menores, de degradação ao meio ambiente.

Na visão de Fialho *et al.* (2008) e Nogueira (2009), sustentabilidade e desenvolvimento interligam-se na expressão ideológica daquilo que possui continuação de tempo para tempo. A sustentabilidade traz idéia do que é perene, isto é, inesgotável, de algo que existe na atualidade e garantidor do futuro, ligado a questão ambiental, preocupação com fontes dos recursos naturais, degradabilidade

do meio ambiente além do compromisso como processo socioeconômico. Traduzem-se na forma de obter um padrão desejável de estilo de vida alcançado por meio de bens e serviços além de outra dimensão social, primando sempre pelo não comprometimento de uma vida com qualidade, ou seja, recursos naturais disponíveis, meio ambiente condicionado, gerando uma reprodução conseguinte, possível para a geração atual e para as gerações futuras.

Desenvolvimento sustentável é um processo de mudança onde, a exploração de recursos, a direção dos investimentos, o desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão em harmonia (RAGAS *et al.*, 1995) ou seja, “desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades.” (FIALHO *et al.* 2008, p. 40).

Manzini e Vezzoli (2005) dizem que, o trabalho humano de modo algum deveria impactar os ciclos naturais do planeta, nem mesmo sequer abalar o capital natural que pertencerá para as gerações futuras. Desenvolvimento sustentável fundamenta-se em processo que faz com que a comunidade se integre. Afirmam ainda que, o tema conhecido como desenvolvimento sustentável parte buscando ênfase em atingir consciência dentro de uma centralização estratégica que envolve e maximiza a sustentabilidade. Em consonância, ainda, com os autores, a sustentabilidade traz sua definição emergente cujo primeiro plano consiste em objetivo a ser atingido e não como é mal expressado, como direção a ser objeto de seguimento.

A proposição tem sua base numa medição informativa de quantidade medindo desde a redução consumidora de recurso ambiental de forma necessária pelas sociedades até aquelas de níveis mais avançados como as sociedades industriais. Partindo desse ponto há que se construir avaliação que colabore para um elevado e consistente grau de transformação, cuja eminência, emergência e urgência formam a pressa para que esse acontecimento ocorra desde já (MANZINI; VEZZOLI, 2005).

A definição, operação e medição da sustentabilidade almejada, é difícil, bem como o aprimoramento de um processo que relacione o crescimento econômico e evolva o meio ambiente e a sociedade. A complexidade dessa concepção remete para a visão corporativa, logo o *Triple-bottom-line* tem sua emergência como padrão nas empresas, de forma analógica, sendo um desafio (SILVA; QUELHAS, 2006;

SICHE *et al.*, 2007).

Do prisma corporativo o desenvolvimento sustentável, define-se como “a busca do equilíbrio entre o que é socialmente desejável, economicamente viável e ecologicamente sustentável.” (SILVA; QUELHAS, 2006, p. 387).

A descrição para o tema abordado possui variação na indicação de estratégias distintas, efeitos, ações, entre outros. As interconexões são de grande relevância para que a comunicação e compreensão sejam atingidas, para que a sociedade se mova na direção almejada. A conexão entre bem estar social, desempenho econômico e a proteção do meio ambiente, deve ter como guia imperativo da ecologia, da ética e com certo friso para vontade política. Assim o entendimento entre as relações e seus termos com sua semântica é deveras importante (GLAVIC; LUKMAN, 2007).

2.2 SUSTENTABILIDADE

Sustentabilidade é uma palavra de uso frequente agregada a combinações: desenvolvimento sustentável; crescimento sustentável; comunidade sustentável; indústria sustentável; economia sustentável; agricultura sustentável; dentre outros. A origem latina “*sustentare*” significa sustentar, suportar, conservar em bom estado, manter, resistir. Logo, sustentável quer dizer capacidade de ser mantido ou suportado (SICHE *et al.*, 2007).

É perceptível que apenas as questões ambientais, desde os primórdios do surgimento da consciência sobre sustentabilidade, e que tanto preocupavam a sociedade e as organizações, não são suficientes para solucionar os problemas da economia mundial sustentável. Ao contrário do que muitas pessoas pensam, não é somente uma questão de controle de poluição, na verdade compreende uma questão muito mais ampla. Além da questão ambiental ou econômica, outro ponto consiste no objeto de considerável atenção e cuidado, que é a questão social (ESTENDER; PITTA, 2008).

Esse fato proporciona importante reflexão entre desenvolvimento socioeconômico e as mudanças ecológicas. Para tanto, compreende-se desde logo que a sustentabilidade encontra-se fundamentada no tripé resultante da visão do *Triple Bottom Line*, denominado também de pilares ou dimensões. A conscientização

e o ato de admitir sobre a importância da sustentabilidade, consistente numa prática necessária, onde sua complexidade e o interrelacionamento de suas dimensões com as variadas questões do meio ambiente. Com base nessa preocupação, a economia global, e a forma como as sociedades abastadas vivem, existe a nítida necessidade de se passar por uma concreta reestruturação, sempre objetivando primordialmente a preservação ambiental (ESTENDER; PITTA, 2008).

A dificuldade vem do fato na tomada de decisões que visem o fenômeno da sustentabilidade, frente ao social, econômico e ambiental. Tal dificuldade repousa na definição de sustentabilidade a seguir: “para a empresa, o desenvolvimento sustentável significa adotar estratégias de negócios e atividades que atendam as necessidades da empresa e partes interessadas [...]” (EROL *et al.*, 2009).

Conforme o mesmo autor, o intuitivo é quem conceitua sustentabilidade apesar da dificuldade que atinja termos concretos. As empresas tem necessidade de conseguirem a medição da sustentabilidade frente a suas atividades, assim como, na direção em que se move, dimensão de alterações é imprescindível para que tais objetivos sejam atingidos, ou seja, a utilização de indicadores de sustentabilidade.

2.2.1 Pilares da Sustentabilidade

Conforme dados do IBGE (2004) a sustentabilidade compreende-se em dimensões:

- Dimensão ambiental que trata da atmosfera; terra; água doce; oceanos, mares e áreas costeiras; biodiversidade e saneamento;
- Dimensão social que trata da população; trabalho e rendimento; saúde; educação; habitação e segurança;
- Dimensão econômica que trata do quadro econômico e padrões de produção e consumo.

Nesse sentido, Estender e Pitta (2008, p. 02) afirmam que “As ações de desenvolvimento sustentável devem buscar atuar simultaneamente nas três dimensões, econômica, social e ambiental.” Um sistema de metas caracteriza a interação nessas dimensões. Assim, recursos humanos em constantes ações, a

origem humana quanto ao natural, capital e social atendem reinvestimentos do excedente que foi gerado, cujos critérios são suficientes para o desenvolvimento sustentável (ZILANS; ABOLINA, 2009).

As dimensões da sustentabilidade podem ser caracterizadas de forma independente, cada uma com sua lógica, escopo, ritmo, escala de tempo e dinâmica regulada por diferentes mecanismos. Como o desenvolvimento sustentável na sua essência é um processo de otimização dessas dimensões, cada uma com sua própria meta, requer muitos fatores a serem levados em consideração, e devido ao caráter não-linear de meio ambiente, dinâmica econômica e social precisa ser considerada uma base ampla de governança participativa para mantê-la (ZILANS; ABOLINA, 2009).

2.1.1.1 Sustentabilidade ambiental

Dentro da perspectiva do meio ambiente, a preocupação primordial tem referência no impacto sobre atividade humana numa visão ecológica, cuja expressão é chamada pelo setor econômico por capital natural. Essa produção de primeiro plano propõe-se de forma natural com base fundamental, em que a humanidade se encontra. A ampliação em que o planeta seja capaz de utilizar sua potência através dos vários ecossistemas asseguram um nível mínimo de manutenção sobre os mesmos, isto é conhecido por sustentabilidade ecológica. De grande importância é a redução dos combustíveis fósseis, na diminuição de poluentes emitidos em nosso ar, bem como, a adoção da conservação de energia por meio de políticas cujos recursos sejam substituídos mesmo os não renováveis, aumentando a eficácia da relação entre cada recurso usufruído (BELLEN, 2002).

Para que isso ocorra, conforme Glavic e Lukman (2007), é necessário que por parte das empresas, sejam considerados os princípios ambientais, para minimizar a utilização de substâncias perigosas, recursos e energia também denominados como: recursos renováveis, minimização de recursos, redução na fonte, reciclagem, reutilização, reparação, regeneração, recuperação, reconstrução, purificação e degradação. Deve considerar também as abordagens - Controle de poluição; Produção mais limpa; Química verde; Eco design; Avaliação do ciclo de vida; minimização de resíduos e desperdício zero - que são mais amplas do que os

princípios e estão ligadas a todas as outras dimensões da sustentabilidade.

A sustentabilidade ambiental de acordo com Siche *et al.* (2007), vincula-se ao recurso existente no ecossistema, com um resultado e mínima degradação do meio ambiente e Nogueira (2009) reforça que o recurso usado potencializa a variedade do ecossistema, sendo que, um dano mínimo de sustentação da vida compõem o propósito social válido. A autolimitação do consumo material dos países ricos e das classes sociais privilegiadas em todo o mundo integra esse propósito.

Segundo Estender e Pitta (2008), as organizações devem entender o que é capital natural, ou seja, riqueza natural, para então, fazer uma avaliação própria quanto a sua sustentabilidade ambiental.

Na vertente da sustentabilidade em busca da responsabilidade dos países desenvolvidos, torna-se evidente a constatação de que tais países possuem problemas como o grande crescimento populacional, além da falta de tecnologia para a exploração eficiente de recursos naturais, esses países gastam e desfrutam com excesso de recursos que propriamente não lhes pertencem de direito, no entanto, para que não seja alterado seu estilo de vida, destroem riquezas das quais, em última instância reconhecem como irrenováveis ou irrecuperáveis (PEREIRA, 2009).

No entanto, para o autor acima referido, propõe-se um sistema produtivo mais eficiente com soluções ecologicamente corretas e economicamente viáveis através do uso de tecnologias limpas e fontes de energia alternativa renováveis. Não pode-se correr o risco de testar até onde o planeta poderá resistir a este modelo de desenvolvimento, pois as consequências podem ser irreversíveis. Deve-se ampliar a percepção sobre a complexidade dos sistemas que regem a natureza e as estruturas socioeconômicas e refletir sobre a atual relação existente entre os seres humanos e o ambiente que os cerca.

2.1.1.2 **Sustentabilidade social**

De acordo com Bellen (2002), considerando uma preocupação emergente baseada no bem estar humano para que seja aumentada essa qualidade de vida, tal mecanismo converge com raciocínio ecológico em que o capital social deve ser preservado. O processo que visa o desenvolvimento sustentável na visão social vem

obtendo estabilidade em sua ascensão dentro da igualdade de renda, que na atualidade diminui a diferença entre os níveis sociais e melhora o estilo de vida social.

Conforme o autor, na questão social, sustenta-se que a geração atual deve deixar ao menos aquilo que foi encontrado enquanto utilizado até os dias atuais para as gerações futuras. Esse conceito fundamental consiste de forma normativa dentro da aceitabilidade do nível social em desenvolvimento, porém, a questão chave é que o padrão mínimo visado para a prática verdadeiramente seja vantajoso para ambas as partes, presentes e futuras.

Inegável é o vínculo entre a sustentabilidade social e a distribuição de renda das diferentes classes sociais (SICHE *et al.*, 2007). No mesmo raciocínio Glavic e Lukman (2007) expõem os princípios sociais tais como: Responsabilidade social que é o desenvolvimento humano de forma equitativo e igualitário, contribuindo para a humanidade e o meio ambiente; Saúde e segurança que refere-se ao ambiente de trabalho incluindo responsabilidades e padrões; Poluidor-pagador e Tributação que é o princípio de que aquele que causar poluição deve pagar os custos que ela causar, sendo assim na forma de tributação de limpeza.

Nesse sentido a dimensão social foi inserida ao desenvolvimento sustentável pouco a pouco. Os ecologistas, acadêmicos, organizações não governamentais e defensores dos direitos humanos foram os responsáveis por essa inclusão. Essa dimensão visa a construção do “ser”, ou seja, o que traz benefício para a sociedade e o “ter”, seria uma divisão equilibrada de renda, favorecendo o desenvolvimento social de forma igual para todos (PAULISTA; VARVAKIS; MONTIBELLER FILHO, 2008).

O capital humano é entendido também como saúde, habilidades e educação, todavia visa buscar amplitude nas medidas de saúde social e da capacidade de gerar riqueza. A união das pessoas na tentativa de se desenvolver pode ser positiva para se atingir o objetivo das ações (ESTENDER; PITTA, 2008).

Considerando as diferenças sociais existentes, e ainda, as divergências econômicas e as ambientais com variação relevante entre países, aos quais se devem e se obrigam, no ponto de encontrarem respostas e soluções focando sempre um objetivo em comum, qual seja a sustentabilidade, em todos seus fundamentos. A dimensão social trata-se de um processo de desenvolvimento baseado na distribuição de renda, a fim de reduzir a distância entre os padrões de

vida de abastados e não-abastados. O termo desenvolvimento sustentável tem como base o reconhecimento do insustentável padrão de desenvolvimento das sociedades contemporâneas. Para o autor, o termo nasce da compreensão que os recursos naturais são finitos e que as injustiças sociais são provocadas pelo modelo de desenvolvimento adotado pela maioria dos países (PEREIRA, 2009; NOGUEIRA, 2009).

2.1.1.3 Sustentabilidade econômica

De acordo com Bellen (2002) a sustentabilidade econômica é alheia a maneiras contrárias, ou seja, num momento o meio ambiente é fonte infinita de recursos e, noutro instante vem a ser depósito de resíduos de proporção infinita frente à escala. O ponto crucial de crise advém da economia ou seu subsistema que ao crescer sobre a demanda, ultrapassa a proporção ambiental. Dessa maneira, cita-se o entendimento a seguir:

A sustentabilidade econômica abrange alocação e distribuição eficientes dos recursos naturais dentro de uma escala apropriada [...]. Na verdade, esta visão não está restrita apenas ao convencional capital monetário ou econômico, mas está aberta a considerar capitais de diferentes tipos, incluindo o ambiental e/ou natural, capital humano e capital social. (BELLEN, 2002, p. 22).

Assim esses diferentes tipos também formam a teoria econômica conforme a citação supra. Todavia deve-se fazer necessária a mudança de proporção de investimento de capitais na forma de estratégia visando à obtenção de lucro.

Conforme cita Bellen (2002), na tradicional forma inserida na sociedade que meça custo e capital o sistema nacional de contas negligencia quanto ao assunto que envolve questões como a escassez de recursos naturais, degradação de qualidade ambiental, consequências de degradação, e saúde e bem-estar. Essa manutenção ambiental contabiliza receita e produto nacional, considerando-as nos custos da sociedade a ser mantida. Na devida assimilação capital empresarial corresponde à identificação existente no diferencial de seus ativos e de suas obrigações passivas, integralizados pelo 'capital físico' agregado ao 'capital financeiro'.

O vínculo econômico junto a constância do fluxo das inversões privadas e

públicas, ainda, junto a administração e destinação dos recursos naturais interligam a sustentabilidade (SICHE *et al.*, 2007).

Os princípios econômicos que devem ser considerados, são: Ecoeficiência; Investimentos éticos e Contabilidade ambiental (GLAVIC; LUKMAN, 2007), para que os valores sobre os capitais, econômico, humano e intelectual sejam agrupados gradativamente, formando consistência comercial sobre o capital econômico, descontando conceitos do capital natural e do capital social, cujo tempo decorrido engloba e reforça a base fundamental do pilar econômico em atividade (ESTENDER E PITTA, 2008).

Conforme Pereira (2009) o pilar econômico deve ser avaliado mais em termos macrossociais do que apenas por meio de critérios pontuais de lucratividade empresarial, com o intuito de promover mudanças estruturais que atuem como estimuladores do desenvolvimento humano sem comprometer o meio ambiente natural. Assim, conseguir-se-á agir de forma consciente, promovendo um novo modelo de desenvolvimento baseado na economia da permanência, reduzindo a poluição e aumentando a qualidade de vida de todos.

2.3 INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE

O indicador de sustentabilidade é como uma ferramenta de medição, que por meio de comparação mostra até que ponto os objetivos sustentáveis são atendidos (RAGAS *et al.*, 1995; SICHE *et al.*, 2007; SILVA, 2007).

O uso de um instrumento criado para atender necessidades sociais e humanas encontra-se na aplicação desenvolvida por indicadores únicos de extrema relevância para o conceito sustentável dentro das dimensões sociais, econômicas e ambientais, que avaliem o desenvolvimento sustentável (BELLEN, 2004; SICHE *et al.*, 2007; SILVA, 2007).

Para Bellen (2004) assim como para Polaz e Teixeira (2009) a definição de indicadores co-relacionados a demais associações consiste em: padrão, índice, meta, entre outros. Indicadores de sustentabilidade descobrem, apontam, estimam e anunciam informações de progresso em cumprimento a metas. Serve como um resumo de relevantes informações que comportem um sistema expresso e perceptível de atributos. O indicador serve também como parâmetro que aponte e

forneça dados significativos, além de trazer melhor entendimento quando na tomada de decisões, planejamentos e ações.

Selecionar indicadores de sustentabilidade aplicáveis ao contexto do desenvolvimento sustentável marca o início para que seja cumprida a avaliação do desempenho. Instrumentos básicos como os indicadores auxiliam na avaliação das opções gerenciais e dos resultados que possam ser convertidos de informações complicadas em dados de fácil compreensão. Para uma tomada de decisão adequada, a utilização desses instrumentos e um correto início, é determinante bem como a aplicação dos devidos indicadores, é primordial para que a sustentabilidade industrial tenha seu desempenho atingido (EROL *et al.*, 2009).

Um considerável número de sistemas de indicadores foi desenvolvido de forma específica como, indicadores econômicos, sociais, ambientais, entre outros, possuindo um potencial de grande representatividade dentro dos fenômenos existentes no desenvolvimento sustentável. Em níveis maiores de tomadas de decisões os índices de sustentabilidade fazem sua vez, sendo que, trazem facilidade a seu entendimento e utilização no procedimento decisório, ainda mais quando a questão trata-se de detalhes ambientais, pontos sustentáveis e elementos sócio-econômicos. Considera-se indispensável um constante e frequente exercício de medição visando que o desenvolvimento sustentável torne-se cada vez mais operante, auxiliando em decisões, no público de forma geral, bem como ajudar na definição de metas e objetivos a serem alcançados, inclusive, na permissão de avaliação das medidas que aproximem-se ou alcancem os resultados ou metas desejadas (BELLEN, 2004).

O progresso a ser avaliado, deve ser orientado pela clareza visada no desenvolvimento sustentável, a visão holística necessita de reflexão quanto ao aspecto econômico, social e ambiental, para que os elementos essenciais sejam considerados, tendo a prática aplicada e oferecida no espaço devido (MEUL; NEVENS; REHEUL, 2009).

Constituem ferramentas relevantes os indicadores de sustentabilidade, por avaliarem o desempenho de uma empresa ou indústria, considerando a variedade disponível de indicadores e os níveis diversos de complexidade a ser aplicado em qualquer uma delas, cujos índices, desde que planejados, possam melhorar o funcionamento e desenvolvimento (AL-SHARRAH; ELKAMEL; ALMANSOOR, 2010).

Nesse sentido, de acordo com Souza e Lopes (2010), dentre as iniciativas constituídas por princípios de governança, referentes às problemáticas ambientais, sociais e econômicas, pode-se citar: o *Un's Global Compact*, o *Organizational for Economic Cooperation and Development's (OECD)*, as *Guidelines for Multinational Enterprises*, e a *Global Reporting Initiative*, entre outras.

A GRI destaca-se das demais, devido seu objetivo de satisfazer a necessidade das organizações em terem uma comunicação clara e transparente, de forma que o compartilhamento de estruturas de conceitos tenha uma linguagem coerente e que seja global, ou seja, propõe um padrão de comunicação global sobre ações empresariais sustentáveis. Dessa forma, apresenta uma estrutura confiável para a elaboração de relatórios de sustentabilidade, sendo possível ser utilizada por organizações de todos os tamanhos, setores e localidades. Para isso conta com a cooperação de especialistas de vários países, estrutura de governança *multistakeholder* que procedem de empresas, consultores, trabalhadores, organizações não-governamentais, políticas públicas, instituições de pesquisa, associações e universidades (SOUZA; LOPES, 2010).

Dessa maneira, as empresas necessitam se justificar para a sociedade, de forma a se apresentarem praticantes de atividades sustentáveis, sendo que uma das possibilidades é o relatório de sustentabilidade (SOUZA; LOPES, 2010), cujo modelo adotado para realização desse estudo foi o da GRI-G3.

2.4 GLOBAL REPORTING INITIATIVE (GRI)

A GRI é uma organização não-governamental internacional, situada em Amsterdã, na Holanda. Tem por missão desenvolver e disseminar de forma global, diretrizes que possibilitem a elaboração de relatórios de sustentabilidade. Suas atividades são focadas no desenvolvimento de relatórios relacionados à sustentabilidade econômica, social e ambiental das empresas. A primeira versão das diretrizes para relatórios de sustentabilidade da GRI foi elaborada em 1999, e a versão oficial foi publicada em 2002, e somente em 2004 foi lançada a versão em português (ETHOS, 2011a).

O nascimento da GRI se deve a *Coalition for Environmentally Responsible Economies (CERES)*, pelo qual se deu uma parceria com o programa das Nações

Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), com uma ONG americana formada por trabalhadores, religiosos, trabalhadores, organizações ambientais e investidores institucionais (ETHOS, 2011a).

O modelo proposto pelas diretrizes da GRI determina princípios e estrutura um modelo que permite as empresas apresentarem seu desempenho econômico, social e ambiental, ainda, propicia a comparação com o mercado já estabelecido e facilita o diálogo e o engajamento de *stakeholders*. Dessa forma a GRI encoraja as empresas para: i) reportar o implementação dos princípios; ii) estabelecer metas; iii) identificar as melhorias alcançadas nos diversos aspectos; iv) reportar se os objetivos foram ou não atingidos e; v) avaliar internamente a consistência entre a política de sustentabilidade corporativa e sua efetiva realização (ANTAKARANA, 2008).

O relatório de sustentabilidade é uma ferramenta, que de acordo com Ligteringen, presidente mundial da *Global Reporting Initiative* (GRI):

O relatório de sustentabilidade aparece como a melhor forma de saber o que está sendo feito pelas companhias nas áreas social, ambiental e econômica, estes por sua vez, compõem o tripé da sustentabilidade (*Triple-bottom-line*), permitindo identificar, mensurar e divulgar sobre as ações que estão sendo desenvolvidas pelas organizações. (LEITE FILHO; PRATES; GUIMARÃES, 2009, p. 44).

O padrão GRI é utilizado por aproximadamente 1.500 instituições que produzem seus relatórios com base na terceira geração do modelo GRI-G3, considerando o mercado mundial, e 60 delas brasileiras. Esse padrão autoriza equiparar empresas do mundo todo, sendo possível que a organização utilize de uma ferramenta que implante um procedimento de contínua melhoria para o desempenho, focado o desenvolvimento sustentável (LEITE FILHO; PRATES; GUIMARÃES, 2009; ETHOS, 2011b).

O grau de alta qualidade técnica assegura relevância e credibilidade no relatório de sustentabilidade da GRI, que estrutura o desenvolvimento contínuo melhorado, sendo aplicada uma forma engajada *multistakeholder* que conta com organizações especialistas e relatoras, as quais analisam a revisão do conteúdo (GRI, 2011).

A satisfação necessária buscada pela GRI acerca da transparência e clareza na comunicação, no meio global compartilha conceitos dispostos numa linguagem

coerente através da confiança no relatório de sustentabilidade elaborado (SOUZA; LOPES, 2010).

2.4.1 Relatório de sustentabilidade

Defini-se relatório de sustentabilidade como um instrumento que comunica o desempenho econômico, ambiental, social e de governança da empresa. O objetivo pretendido é atingir uma direção mais sustentável para suas operações, e alcançada a meta traçada, seja possível a aferição dos desempenhos, o estabelecimento de objetivos e o monitoramento operacional das mudanças. O relatório é fundamental para a comunicação dos impactos negativos e positivos resultantes da plataforma sustentável, cuja informação possa influenciar as estratégias operacionais e na política organizacional (GRI, 2011).

De acordo com a GRI, são vários os motivos pelo qual as empresas podem elaborar seu relatório, dentre eles pode-se mencionar o aumento da compreensão a cerca das oportunidades e riscos a superar; a melhoria da fidelidade e da reputação que envolve a marca; oportunizar aos *stakeholders* à compreensão do desempenho sustentável e seus impactos; a influência política de gestão e a estratégia a longo prazo nos negócios; padronizar a avaliação (*benchmarking*) da evolução sustentável a cerca das normas, leis e códigos frente a iniciativa voluntária; expor a influência da organização relativa a sustentabilidade desenvolvida; equiparar demais organizações com desempenho interno; estabelecer um regulamento nacional ou buscar referência na bolsa de valores (GRI, 2011).

Dessa forma, através das diretrizes da GRI é possível padronizar as publicações de relatórios de sustentabilidade, de modo que, os *stakeholders* e os investidores visualizem as posturas tomadas pelas organizações, bem como seus impactos, podendo ainda, realizar comparações entre concorrentes. As questões e informações apresentadas nos relatórios são reunidas, informadas e expostas de forma que se permita a análise de mudanças no desempenho da organização, no decorrer do tempo (LEITE FILHO; PRATES; GUIMARÃES, 2009).

De acordo com o Instituto Ethos (2011), que corrobora com a GRI, o relatório de sustentabilidade “é a principal ferramenta de comunicação do desempenho social, ambiental e econômico das organizações”. A sustentabilidade exposta no

relatório deve conter:

- Perfil: as informações demonstram o contexto num foco geral, dispondo de compreensão para a organização desempenhada, cuja, governança e estratégias estão inclusas;
- Informações de gestão: dados objetivados a explicitar em que contexto haverá interpretação da organização desempenhada na área determinada;
- Indicadores de desempenho: o desempenho resultante do ponto econômico, social e ambiental informado, passivo de ser comparado.

O quadro de diretrizes da GRI é considerado o mais completo para um relatório de sustentabilidade, devido o fato de apresentar 49 indicadores essenciais, 30 indicadores adicionais, e o número de indicadores setoriais, variam de acordo com o setor a que se destina (ETHOS, 2011).

Tal relatório classifica-se em até seis níveis crescentes e distintos: C, C+, B, B+, A, A+ (conforme apresentado no ANEXO A). As letras representam critérios exigidos e específicos, o símbolo ‘+’ representa a verificação externa reportada no relatório (GRI, 2010; ETHOS, 2011; GIANNARAKIS; THEOTOKAS, 2011).

O modelo GRI apresenta ao todo 79 indicadores, sendo 49 essenciais e 30 adicionais, conforme apresentados na tabela 1 (a descrição correspondente a cada indicador está apresentada no ANEXO B):

Tabela 1 - Indicadores de desempenho

Desempenho econômico	Contém 09 indicadores (EC – 07 essenciais e 02 adicionais)	EC1, EC2, EC3, EC4, EC5, EC6, EC7; EC8 e EC9.
Desempenho ambiental	Contém 30 indicadores (EN - 17 essenciais e 13 adicionais)	EN1, EN2, EN3, EN4, EN5, EN6, EN7, EN8, EN9, EN10, EN11, EN12, EN13, EN14, EN15, EN16, EN17, EN18, EN19, EN20, EN21, EN22, EN23, EN24, EN25, EN26, EN27, EN28, EN29 e EN30.
Desempenho social em Direitos Humanos	Contém 09 indicadores (HR – 06 essenciais e 03 adicionais)	HR1, HR2, HR3, HR4, HR5, HR6, HR7, HR8 e HR9.
Desempenho social em Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente	Contém 14 indicadores (LA – 13 essenciais e 01 adicional)	LA1, LA2, LA3, LA4, LA5, LA6, LA7, LA8, LA9, LA10, LA11, LA12, LA13 e LA14.
Desempenho social em Responsabilidade pelo Produto	Contém 09 indicadores (PR – 04 essenciais e 05 adicionais)	PR1, PR2, PR3, PR4, PR5, PR6, PR7, PR8 e PR9.
Desempenho social em sociedade	Contém 08 indicadores (SO – 08 essenciais)	SO1, SO2, SO3, SO4, SO5, SO6, SO7 e SO8.

Fonte: SOUZA; LOPES (2010)

De acordo com a GRI, o relatório de sustentabilidade pode auxiliar as organizações a compreenderem desafios, riscos e oportunidades sustentáveis (GRI, 2010).

2.5 ARRANJO PRODUTIVO LOCAL (APL)

A economia atual, de acordo com Graniel (2011), conta com as redes de pequenas e médias empresas, no qual, desenvolvem papel essencial, ofertando novos empregos e diversificação na produção de bens e serviços. As redes surgiram em várias localidades e em diversas formas de junção, sendo abordadas como: *Clusters*, Sistemas de Produção Local, Arranjos e Sistemas Produtivos Locais, Redes de cooperação, Redes de Pequenas e Médias Empresas, Negócios Consórcios, Aglomerações e Produtos Locais e Sistemas de Inovação.

Dessa forma, originam-se os conceitos dos novos formatos de organizações, tais como: i) Distritos Industriais, conceituado por Marshall (1982), que gerava mão de obra qualificada, acesso aos prestadores de serviços, disseminação de conhecimento e especialização de serviços; ii) *Clusters*, originado no decorrer da década dos anos oitenta, tem sua formação na análise das formas de interrelacionamentos; e iii) Arranjos Produtivos Locais (APLs), onde as empresas ainda não estão fortemente articuladas (GRANIEL, 2011).

Arranjos Produtivos Locais (APL) definem-se por aglomerações com especificidade setorial e um histórico na construção de sua identidade local com base em uma atividade social e cultural comum (CAMPOS; TRINTIN; VIDIGAL, 2009; VILLELA; PINTO, 2009).

Internacionalmente o termo utilizado para definir redes de empresas, é conhecido como *Cluster*, seja por concentração geográfica, atividade econômica semelhante, determinação de setor, grau de especialização em produtos, atividades ou organização (KACHBA, 2009).

As redes são constituídas por um grupo de atores, com o intuito de alcançar objetivos mais difíceis, e que não são possíveis de forma individual. São caracterizadas pela condição de autonomia e interdependência estabelecida entre si, produz e compartilham uma percepção da realidade, discorrem diversas formas de recursos e gerem ações de forma participativa (TURETA; REIS; ÁVILA, 2006;

VILLELA; PINTO, 2009).

Nesse mesmo sentido, APL conceitua-se pelo fato de as empresas terem uma localização próxima, semelhanças históricas, culturais e sociais, na qual possam aumentar a eficácia produtiva bem como proporcionar ambiente propício para elevar a competitividade das mesmas (CAMPOS; TRINTIN; VIDIGAL, 2009).

Diante ao exposto, podem gerar também, atividades subsidiárias que auxiliam o desenvolvimento da região em virtude da economia de material, da presença de fornecedores de bens e serviços e de trabalhadores qualificados, entre outros aspectos (TRINTIN; GONÇALVES, 2010).

Esse ambiente possibilita que haja maior integração, cooperação e confiança entre os agentes, propiciando a elaboração de formatos organizacionais, caracterizando o APL (CAMPOS; TRINTIN; VIDIGAL, 2009).

As empresas que melhor exploram a tipicidade da vantagem econômica compartilham infra-estrutura e mão de obra treinada, esse aglomerado é atingido quando há estabelecido princípios de cooperação e solidariedade, cuja aplicação é um recurso para o aproveitamento das sinergias locais (SUGAHARA; VERGUEIRO, 2011).

As relações ocorridas nas aglomerações industriais denotam o significado da construção social histórica e específica dos agentes locais, sua reprodução não ocorre noutros contextos históricos específicos. A construção histórica existente resulta do esforço produzido pelas gerações anteriores, cujo fundamento processual de aprendizado foi desencadeado através do tempo, provocando aperfeiçoamentos (TRINTIN; GONÇALVES, 2010).

Os APLs utilizam-se de especialização e organização para que a educação e conhecimento, seja oferecido, bem como apoio técnico às empresas locais, através de fornecedores, associações, instituições governamentais, dentre outros. O capital social define a cooperação como um grau alto ou baixo, causando a confiança entre as empresas e instituições integrantes (NAGAMATSU; RESENDE; HATAKEYAMA, 2009).

A constituição de um APL é uma estratégia relevante de competição que integra a cooperação e concentra as pequenas e médias empresas e instituições em geral dentro de um espaço geográfico definido (SUGAHARA; VERGUEIRO, 2011).

A pressuposição existente num APL embasa a série de elementos que são os pilares que sustentam a produção organizacional, por exemplo: interação e

aglomeração de produção; cooperação e ação conjunta; estrutura de governança e instituições (CALLEFI; CAMPOS, 2009).

Assim os APLs auxiliam com sua dinâmica, pequenas e médias empresas, melhorando sua produção e eficiência, tanto na distribuição quanto na própria produção dos produtos lançados no mercado nacional e global (CAMPOS; TRINTIN; VIDIGAL, 2009) e tais aglomerações empresariais capacitam o setor onde as pequenas empresas são encontradas, cujo procedimento se intensifica junto aos capitais (TRINTIN; GONÇALVES, 2010).

A capacidade dos APLs em gerar procedimentos sustentáveis competitivos, oriundos das empresas ligadas com o mercado, justifica a política desenvolvida. A conexão das estruturas apresenta vantagem para uma competição sistêmica, disposta entre os agentes relacionados (FERREIRA, 2008).

O aumento produtivo é o fundamento para uma ampla e dinâmica competição das empresas locais. Essa interrelação do aglomerado influencia o aumento dessa produção em comparação a uma escala individual (NAGAMATSU; RESENDE; HATAKEYAMA, 2009).

Sendo assim, para mudanças no ambiente social e econômico a articulação entre o aglomerado é preponderante, e vem como o próprio relacionamento das pessoas com a atividade comercial comum, aproximando o periférico do central, dessa forma as informações são compartilhadas (SUGAHARA; VERGUEIRO, 2011).

O ambiente pode ser enriquecido através de uma organização de tendências novas, sendo que tais oportunidades de troca de informação permitem que o conhecimento chegue ao dinamismo social da rede, dessa forma estratégias determinam-se com o compartilhar a informação, e envolvem esse ambiente, provocando a interação do conhecimento individual e coletivo (SUGAHARA; VERGUEIRO, 2011).

Essas informações compartilhadas demarcam a inovação e colaboram para o estabelecimento de uma rede industrial por meio do APL, acrescidas do desenvolvimento pela integração de tecnologias inovadoras, que se baseiam em disciplinas científicas. Logo, a dificuldade no domínio sobre ciência e tecnologia necessária, é clara, o que justifica a existência de acordos de colaboração junto ao crescimento da rede industrial (NAGAMATSU; RESENDE; HATAKEYAMA, 2009, VILLELA; PINTO, 2009).

2.5.1 Governança dos APLs

A estrutura referente à governança é disposta na hierarquia e na liderança, cujo grau de coordenação está relacionado com o sistema da empresa. Em formas intermediárias relacionadas com governança exigem um nível maior de cooperação e interação dessas empresas (CAMPOS; TRINTIN; VIDIGAL, 2009).

Tipologias estruturais de governança envolvem combinações desse poder. Com base nos autores, a primeira conhecida como “*all ring no core*”, não impõe uma empresa líder, nem hierarquia; na segunda “*core and ring*”, a hierarquia é fraca onde há assimetria entre os membros, logo nesse tipo de estrutura a líder não limita nem determina outras, vez que a primeira influencia as últimas havendo dependência destas; a terceira “*core-ring with leand firm*”, detém assimetria entre os membros, considerando a hierarquia e o domínio pela empresa líder; e a última “*all core*”, ou seja, todas as empresas no núcleo; nesse tipo de estrutura não se nota a rede das unidades e aquela integrada verticalmente assume a produção e distribuição de mercadorias (CAMPOS; TRINTIN; VIDIGAL, 2009; NAGAMATSU; RESENDE; HATAKEYAMA, 2009).

Dessa forma, entende-se que o termo compreende o processo gerido por atores que fazem parte de um determinado setor econômico, seja no âmbito público ou privado, bem como em nível local e global (GALINDO; CÂMARA; LOPES JÚNIOR, 2011), sendo relevante para a organização, da mesma forma que o envolvimento local colabora para a ação de grupo, visando o interesse coletivo e individual (NAGAMATSU; RESENDE; HATAKEYAMA, 2009).

Essas estruturas que podem compor os APLs na forma de governança local, privada ou pública, são importantes para uma produção aglomerada desenvolvida. Assim objetivando a evolução produtiva da atividade, aumenta os benefícios resultantes dessas economias externas de natureza incidental. A coordenação dessas atividades no setor público como desenvolvimento político, aumenta a competição de empresas, inclusive das unidades privadas na localidade, tudo isso oriundo dos sindicatos e lideranças criadas (CAMPOS; TRINTIN; VIDIGAL, 2009).

A coordenação do arranjo varia de acordo com a produção local sistemática determinada pela estrutura produtiva, organização, aglomeração, mercado, densidade da instituição, e sociedade, possibilitando o processo de evolução para níveis maiores de competitividade e sustentabilidade (NAGAMATSU; RESENDE;

HATAKEYAMA, 2009; GALINDO; CÂMARA; LOPES JÚNIOR, 2011).

Menciona-se ainda que, o fundamento de governança conceitua-se na democracia praticada pela participação e intervenção dos agentes diversos no processo de decisão, envolvendo agentes de empresas privadas, públicas, centros tecnológicos, colaboradores, cidadãos, dentre outros (NAGAMATSU; RESENDE; HATAKEYAMA, 2009; VILLELA; PINTO, 2009).

O relacionamento atuante do governo local envolve a atribuição do poder público com a governança local, por exemplo, centros de treinamento, de prestação de serviço, agências do governo que envolva conhecimento tecnológico e o desenvolvimento, considerando o apoio do setor público para a atividade da produção (CAMPOS; TRINTIN; VIDIGAL, 2009).

A estrutura da relação de poder da governança e a tomada de decisões sobre os fatores de produção envolvem conjuntos sistêmicos das relações do insumo-produto, isto é, a relação de decisões das comunidades relaciona-se com os problemas da aglomeração (NAGAMATSU; RESENDE; HATAKEYAMA, 2009).

A natureza híbrida é a forma mais comum de governança, e conta com o envolvimento público e privado por meio da política local e regional existente, é relevante para o estímulo da sistemática produtiva relacionada com a cooperação e o conjunto atuante, cuja decisão aproveita a existência da aglomeração (CAMPOS; TRINTIN; VIDIGAL, 2009).

A essência da atribuição é considerada para uma governança íntegra e competente, que sustente o envolvimento de construção, no qual, tais elementos são fundamentais para que a governança seja avaliada. Determinados fatores são relevantes para promoção da função produtiva nas áreas de *marketing*, *design*, marca e produto, relacionados com o próprio desenvolvimento (NAGAMATSU; RESENDE; HATAKEYAMA, 2009).

O poder relacionado na cadeia de produção e distribuição de produtos, tem a possibilidade de ser dirigido por mecanismo de preço ou imposição de hierarquias atuantes no procedimento, bem como, a criação de uma estrutura intermediária que interaja no resultado de grau maior tanto de cooperação, quanto de colaboração empregado nas relações de empresas (NAGAMATSU; RESENDE; HATAKEYAMA, 2009).

Sendo assim, a capacidade de articulação dos atores locais, em identificar e solucionar problemas rotineiros, é fundamental para as aglomerações produtivas,

bem como para sua evolução nos diferentes níveis de competitividade.

3 METODOLOGIA

Nesse capítulo são apresentados os procedimentos metodológicos empregados na execução da pesquisa, apresentando a delimitação da pesquisa, o método de abordagem, a classificação da pesquisa, a população e amostra, a coleta de dados, o tratamento dos dados e o APL de Maringá/Cianorte.

3.1 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

Conforme os objetivos traçados esta pesquisa delimita-se em:

- Quanto ao setor econômico: indústria de transformação;
- Quanto à limitação geográfica: região noroeste do Paraná, Cianorte e Maringá;
- Quanto ao ramo de atividade: indústria de vestuário – confecção;
- Quanto ao porte da empresa: indústrias de micro, pequeno e médio porte;
- Quanto ao nível organizacional: nível gerencial da empresa.

3.2 MÉTODO DE ABORDAGEM

O método de abordagem utilizado na pesquisa foi o dedutivo, que de acordo com Magalhães (2005) os resultados são apresentados a partir de argumentos de situações particulares sendo possível descobrir verdades encobertas. Esse método se justifica pelo fato de que, o APL de Maringá/Cianorte, através dos indicadores de sustentabilidade pode potencializar o processo de tomada de decisão, bem como desenvolver e/ou implementar ações sustentáveis.

3.3 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Considerando as classificações de pesquisa apresentada por Marconi e

Lakatos (2005), o presente estudo pode ser caracterizado conforme descrito a seguir:

- Quanto à natureza: aplicada;
- Quanto à forma de abordagem do problema: qualitativa;
- Quanto aos objetivos: exploratória e descritiva;
- Quanto aos procedimentos técnicos: levantamento.

De acordo com Marconi e Lakatos (2005, p.20), a pesquisa aplicada “objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática e dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais”. Dessa forma, essa pesquisa classifica-se como aplicada, pois pretende gerar conhecimentos por meio dos indicadores que viabilizam a geração de relatório de sustentabilidade, sendo que o conhecimento gerado poderá ser aplicado em busca de melhores resultados nas ações do APL de Maringá/Cianorte.

Do ponto de vista da abordagem do problema, entende-se que esta pesquisa se caracteriza como qualitativa, que de acordo com Malhota (2006), é baseada em amostras objetivando obter percepções e compreensão do problema, dessa forma, se deu a análise literária e seleção dos indicadores identificados para a viabilização do relatório de sustentabilidade.

A pesquisa exploratória para Moreira e Caleffe (2008), desenvolve, esclarece e modifica conceitos e idéias, formulando problemas mais precisos, proporcionando uma visão geral acerca do fenômeno determinado. E de acordo com Gil (2002), a pesquisa descritiva objetiva descrever caracteristicamente determinada população ou fenômeno.

Portanto, a pesquisa justifica-se como exploratória descritiva, pois a partir dos dados obtidos, descreve as características da indústria de vestuário no APL de Maringá/Cianorte no que diz respeito ao nível de importância dos indicadores de sustentabilidade, bem como a situação de cada indicador nas empresas e os indicadores que viabilizam a geração de relatório de sustentabilidade, possibilitando a oportunidade de novos estudos.

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos a pesquisa classifica-se como levantamento (*survey*), que segundo Gil (2002) determina informações no que se refere a práticas ou opiniões de uma população específica. No caso dessa pesquisa,

foram utilizados dois questionários para obtenção dos dados.

3.4 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população deste estudo se restringiu ao APL de vestuário de Maringá/Cianorte, constituído por aproximadamente 2,5 mil indústrias, pois de acordo com Lakatos e Marconi (2001), é definida como conjunto de seres animados ou inanimados com característica em comum. A amostra do estudo compreendeu as indústrias de vestuário de micro, pequeno e médio porte do APL de vestuário de Maringá/Cianorte.

No entanto, para estabelecer contato com as empresas foi efetuada uma visita ao SINDVEST (Sindicato da Indústria do Vestuário de Maringá) e ao SINVEST (Sindicato das Indústrias de Vestuário de Cianorte), atores participantes do APL, para solicitar os contatos das indústrias, devido à parceria existente entre os mesmos.

A partir dessa visita, foi fornecida uma listagem com os contatos apenas das empresas filiadas aos mesmos. Na sequência, foram enviados e-mails para as indústrias, convidando-as a participarem dessa pesquisa, no qual foram informados, o assunto e o objetivo da pesquisa e foi solicitado também autorização e horário para as visitas.

No entanto, ao visitar pessoalmente as empresas conforme agendamento, a maioria não foi favorável à solicitação, devido ao tempo a ser dedicado para responder os dois questionários, no qual eram destinados aos gestores das empresas. Dessa forma a pesquisa foi aplicada de acordo com a acessibilidade por parte dos gestores, totalizando em 10 indústrias de confecção sendo, 03 empresas de micro porte, 04 empresas de pequeno porte e 03 empresas de médio porte.

3.5 COLETA DE DADOS

A coleta de dados foi realizada no período de maio a setembro de 2011, através da aplicação de dois questionários com questões fechadas. O primeiro

questionário foi constituído por 02 questões para cada um dos 49 indicadores (modelo apresentado no APÊNDICE A).

A primeira pergunta do questionário refere-se ao nível de importância de cada indicador de acordo com a percepção dos gestores das empresas pesquisadas, e para a mensuração foi utilizado a escala Likert de 5 pontos que compreende: (1) irrelevante, (2) pouco importante, (3) nem irrelevante e nem importante, (4) importante e (5) muito importante.

A segunda pergunta refere-se à situação em que cada indicador se encontra nas empresas e para esse levantamento foi questionado se: **E**= Existe e está formalizado em programas ou atividades na organização; **EI**= Existe em fase de implantação na organização; **ENF**= Existem apenas ações relacionadas, mas não está formalizado na organização e **NE**= Não existe na organização.

Dessa forma foi possível contemplar o primeiro e o segundo objetivo específico na qual segue:

- Investigar a importância dos indicadores de sustentabilidade para os gestores em MPMDs indústrias de vestuário no APL de Maringá/Cianorte - PR;
- Mapear a situação de cada indicador de sustentabilidade em MPMDs indústrias de vestuário no APL de Maringá/Cianorte - PR.

O segundo questionário foi constituído por 08 questões para cada um dos 49 indicadores. Foi desenvolvido com base nas Diretrizes da GRI-G3 (*Global Reporting Initiative*) (modelo apresentado no APÊNDICE B).

Esse questionário também é denominado Teste de Materialidade. O princípio de Materialidade é um método para determinar quais indicadores tem viabilidade para adoção, ou seja, de se tornar material. Primeiramente deve-se fazer uma seleção dos aspectos (econômico, ambiental e social); a partir dos aspectos relaciona-se uma lista de indicadores correspondentes aos aspectos.

Para cada indicador os gestores responderam: **S**= Sim, **T**= Talvez ou **N**= Não. Dessa forma foi possível contemplar o terceiro objetivo específico:

- Identificar indicadores de sustentabilidade que viabilizam a geração de relatório de sustentabilidade em MPMDs indústrias de vestuário no APL de Maringá/Cianorte - PR.

3.6 TRATAMENTO DOS DADOS

Após a aplicação dos questionários nas empresas do APL, os resultados foram tabulados utilizando-se a planilha eletrônica, para o desenvolvimento das planilhas. Em seguida foi calculada a Média Aritmética Ponderada, de forma coletiva (por categoria) e individualmente (por indicador) para o nível de importância dos indicadores; e desenvolvido um quadro para a situação de cada indicador nas empresas, para o primeiro questionário.

Para o segundo questionário foi realizado uma listagem de todos os indicadores relevantes. Em seguida verificou-se o Princípio do Contexto da Sustentabilidade e o Princípio da Abrangência, sendo necessário analisar e responder algumas questões, conforme definido nas Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade da GRI – G3 (modelo apresentado no ANEXO C), possibilitando a certeza de que o teste cobriu o Princípio do Contexto da Sustentabilidade e a eventual necessidade de incluir alguns indicadores que não foram considerados relevantes (materiais).

3.7 O APL DE MARINGÁ/CIANORTE

Conforme a caracterização da FIEP (Federação das Indústrias do Estado do Paraná, 2010), todas as empresas, comunidades locais, centros de tecnologia e pesquisa, instituições de ensino, agências de desenvolvimento regional e entidades públicas ou privadas são beneficiadas, econômica, social e tecnologicamente segundo o papel exercido pelos APLs.

O APL objeto desse estudo é localizado no Noroeste do Estado, na região de Maringá e Cianorte - nacionalmente conhecida como a “capital da moda”. Nessa região estão instaladas aproximadamente 2,5 mil empresas - micro, pequenas e médias - atuando nas atividades de beneficiamento, fiação, tecelagem, vestuário, e serviços de acabamento, gerando cerca de 100 mil empregos entre diretos e indiretos (FIEP, 2010; GALDAMEZ, 2010).

A região de Cianorte é constituída por 32 municípios, no qual, todos fazem parte do APL de confecções, no entanto o Ministério do Desenvolvimento da

Indústria e Comércio – MDIC reconhece apenas Cianorte, Cidade Gaúcha, Indianópolis, Japurá, Jussara, Nova Olímpia, Rondon, Tapejara e Tuneiras do Oeste (APL VESTUÁRIO, 2006).

A região de Maringá é formada por 29 municípios, no qual todos fazem parte do APL de confecções, porém o Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio – MDIC, reconhece somente o município de Maringá. Em contrapartida, o Sindicato da Indústria do Vestuário de Maringá – SINDVEST, tem sob seu amparo os seguintes municípios: Alto Paraná, Astorga, Campo Mourão, Colorado, Doutor Camargo, Goioêre, Loanda, Mandaguaçu, Mandaguari, Marialva, Munhoz de Melo, Nova Esperança, Nova Londrina, Paranaíba, Peabiru, São Jorge do Ivaí, e Sarandi, além de Maringá (APL VESTUÁRIO, 2006).

O vestuário é um segmento que vem apresentando considerável crescimento da malha produtiva e dos postos de trabalho, com essa expansão forma-se um pólo com referência nacional (IPARDES, 2006).

A produção desse APL é distribuída entre a confecção de moda social masculina e feminina, moda infantil e infanto-juvenil, linha bebê e praia, jeans, lingerie, malhas e camisaria (APL VESTUÁRIO, 2006).

Cianorte e Maringá são conhecidas por fazer parte do “corredor da Moda” e contam com um forte setor industrial, tem destaque nacional por ser um dos maiores pólos atacadistas de confecções do sul do país, recebendo milhares de compradores durante o ano todo, que realizam suas compras nos shoppings atacadistas (APL VESTUÁRIO, 2006; FIEP, 2012).

De acordo com a FIEP (2012), é uma região considerada também pela ABIT (Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção), como o segundo pólo confeccionista do Brasil. Os produtos do APL conferem qualidade, versatilidade e dinamismo de produção, especialmente moda jovem e produtos em jeans, favorecendo a exportação.

Dispõem de infra-estrutura de transportes, boas rodovias, grande estrutura ferroviária e o aeroporto regional de Maringá, concebendo vantagens no que se refere à aquisição de matérias-primas entre outros insumos e incrementando o comércio de produtos (TRINTIN; GONÇALVES, 2010).

O arranjo produtivo possui sua governança na estrutura privada local, e baseia-se no poder em níveis semelhantes. Os empresários são interados na obtenção de informações sobre inovações tecnológicas, novos produtos e

tendências de moda. Um importante articulador entre as empresas do APL é o sindicato patronal – SINDVEST (Sindicato da Indústria do Vestuário de Maringá) e SINVEST (Sindicato da Indústria do Vestuário de Cianorte), que desenvolve ações conjuntas ao setor, que se estendem à região (CAMPOS; TRINTIN; VIDIGAL, 2009).

O APL de Maringá/Cianorte tem sua composição conforme apresentado na tabela 1.

Tabela 2 - Distribuição das empresas do APL de vestuário de Maringá/Cianorte

Porte da empresa	Porcentagem de empresas
Microempresas (0 a 19 empregados)	55%
Pequenas (20 a 99 empregados)	35%
Médias (100 a 499 empregados)	8%
Grandes	2%

Fonte: Extraído de NAGAMATSU (2011)

Embora algumas empresas líderes sejam de médio porte, as menores também ocupam cadeira e são representadas na estrutura de governança local. Pode-se elencar algumas instituições que se fazem presentes, tanto no arranjo produtivo quanto na estrutura de governança local, sendo elas o SENAI (Serviço nacional de Aprendizagem Industrial), o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), o SINCONFEMAR (Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário de Maringá), o SINDVEST (Sindicato da Indústria do Vestuário de Maringá) e o SINVEST (Sindicato da Indústria do Vestuário de Cianorte), além da UEM (Universidade Estadual de Maringá) e CESUMAR (Centro Universitário de Maringá), são instituições que não se encontram no local, porém exercem influência sobre o setor (CAMPOS; TRINTIN; VIDIGAL, 2009).

De acordo com o IPARDES (2006) foi definido pela governança do APL que o propósito das indústrias de confecção de Cianorte e Maringá é de tornar as marcas e os produtos conhecidos no mercado nacional e internacional, por meio da sua qualidade e da atualidade de moda; potencializar o comércio dos produtos com ênfase na pronta entrega, promovendo sua sustentabilidade; roborar a organização coletiva do APL; fomentar a capacitação das empresas no que se refere a informação atualizada e tecnologia.

No que condiz com as responsabilidades da governança do APL, conforme dados do IPARDES (2006), há que se representar o grupo de empresários sob os

aspectos políticos, econômicos e sociais; executar o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Setor de Vestuário de Cianorte e Maringá; que as ações sejam realizadas numa estrutura sistêmica, cujo âmbito da empresa incorpore negociações e articulações; a implementação de ações que avaliem e acompanhem resultados obtidos através dos indicadores, em que as propostas visem o Plano de Desenvolvimento; a inserção do setor na economia mundial considerando a necessidade de representação setorial frente aos organismos privados internacionais e nacionais, e públicos (IPARDES, 2006).

Entretanto, de acordo com Callefi e Campos (2009), as empresas de Cianorte deixam de explorar as potencialidades da aglomeração espacial, em função do empréstimo temporário de matéria-prima entre as micro e pequenas empresas formais e algumas informais; o processo de comercialização é destacado pelas ações entre as empresas e outros agentes; pouca integração das instituições de ensino superior com o setor produtivo; as ações das instituições de qualificação técnica e de gestão são limitadas; e incapacidade de criação de incentivos e de políticas públicas devido a falta de representatividade e de habilidade política dos empresários.

As empresas de Maringá tem uma relação limitada umas com as outras; poucos empresários se atualizam entre si, com relação a informações sobre avanços de novos produtos; percebe-se a necessidade de melhor relacionamento, pelo fato de alguns empresários terem a preocupação quanto à prática de concorrência desleal, se fechando para o fluxo de conhecimento, deixando dessa forma, de usufruir de todos os benefícios (CALLEFI; CAMPOS, 2009).

A constituição de dois pólos industriais de confecção no Estado do Paraná é composta pela microrregião de Maringá e de Cianorte, todavia o APL de Maringá/Cianorte pontua a diferença quanto aos demais segmentos do Estado, por possuir maior heterogeneidade de nível tecnológico e produtos diversificados (TRINTIN; GONÇALVES, 2010).

Em entrevista, o vice-presidente do APL cita que “Cianorte e Maringá são os maiores responsáveis pelos resultados paranaenses no setor de confecções”. O constante desenvolvimento faz parte das empresas e o empreendedorismo certifica os projetos do APL nos pontos de atendimento e qualidade para que a valorização das empresas seja estabelecida como modelo no setor (CARVALHO, 2011).

4 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo serão apresentados os dados obtidos na pesquisa empírica, bem como os resultados dos questionários utilizados para a coleta de dados da pesquisa. Foram divididos em eixos, construídos com as respostas obtidas na documentação, tais como, caracterização das empresas pesquisadas, indicadores da categoria desempenho econômico, indicadores da categoria desempenho ambiental, indicadores da categoria desempenho social referentes a – práticas trabalhistas e trabalho decente, sociedade, direitos humanos e responsabilidade pelo produto - documentação.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DAS EMPRESAS PESQUISADAS

As empresas participantes dessa pesquisa estão localizadas nas cidades de Cianorte, Floráí, Maringá, Sarandi e Tuneiras do Oeste. O porte das empresas, o período de atuação no mercado, o número de funcionários e o tipo de produto são apresentados na tabela 2.

Tabela 3 - Caracterização das empresas

PORTE DAS EMPRESAS	PERÍODO DE ATUAÇÃO	NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS (MÉDIA)	TIPO DE PRODUTO
Micro	De 10 a 15 anos	11	Cueca, infantil, roupa branca profissional.
Pequeno	De 10 a 25 anos	63	Infantil, lingerie, moda feminina.
Médio	De 18 a 30 anos	111	Infantil, moda gestante, jeans.

Fonte: Autoria própria

De acordo com os empresários, são empresas consolidadas no mercado com reconhecimento nacional, por fazerem parte do maior APL de vestuário do Estado do Paraná, cujas empresas atendem quase todo o território nacional.

Os produtos passam por um rigoroso controle de qualidade e alcançam níveis cada vez maiores de satisfação dos consumidores em geral. Os empresários vêm investindo em inovação tecnológica em suas cadeias produtivas para que

seus produtos, bem como suas marcas permaneçam na competitividade do mercado.

4.2 INDICADORES DA CATEGORIA DESEMPENHO ECONÔMICO

Na presente categoria, entre os 07 indicadores pesquisados, foram encontrados os resultados apresentados na Figura 1, a respeito do nível de importância de cada indicador conforme a percepção dos gestores:

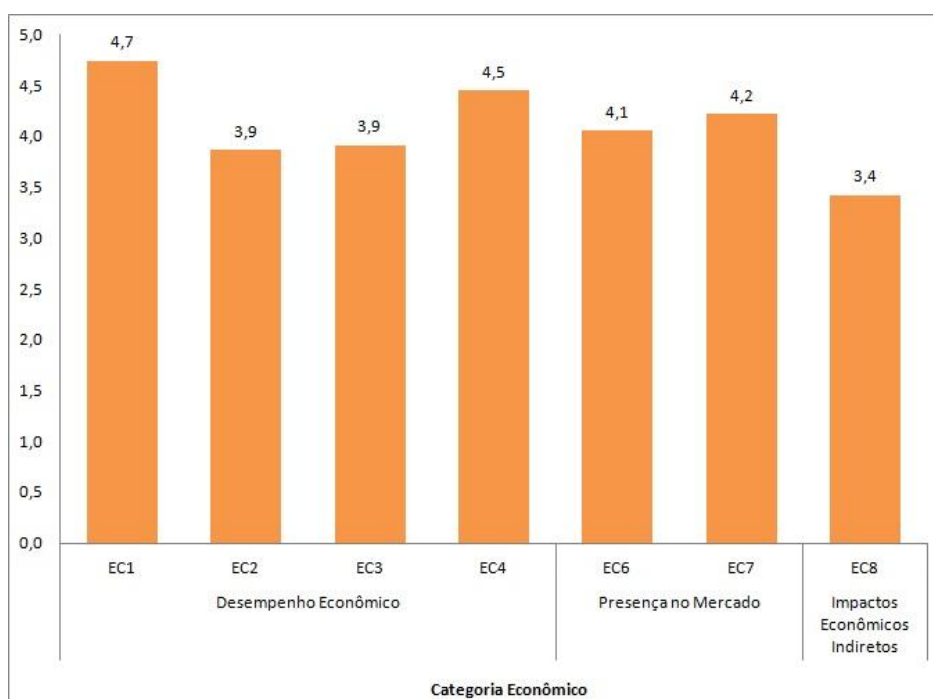


Figura 2 - Gráfico do nível de importância dos indicadores de desempenho econômico
Fonte: Autoria própria

Com relação ao levantamento realizado para identificar a situação de cada indicador nas empresas, de acordo com a percepção dos gestores, foram encontrados os resultados apresentados no Quadro 1:

Indicadores Desempenho Econômico	E	EI	ENF	NE
EC1	07 empresas	00	02 empresas	01 empresa
EC2	01 empresa	00	06 empresas	03 empresas
EC3	03 empresas	00	02 empresas	05 empresas
EC4	03 empresas	00	00	07 empresas
EC6	03 empresas	00	03 empresas	04 empresas
EC7	04 empresas	00	01 empresa	05 empresas
EC8	00	00	02 empresas	08 empresas

Legenda: **E** = Existe e está formalizado em programas ou atividades na organização; **EI** = Existe em fase de implantação na organização; **ENF** = Existem apenas ações relacionadas, mas não está formalizado na organização e **NE** = Não existe na organização.

Quadro 1 - Identificação dos indicadores de desempenho econômico nas empresas
Fonte: Autoria própria

Na sequência, após aplicação do Teste de Materialidade, foi possível constatar os seguintes indicadores essenciais, apresentados no Quadro 2, como sendo relevantes e viabilizadores da geração do relatório de sustentabilidade de acordo com as diretrizes da GRI-G3, em indústrias de vestuário no APL de Maringá/Cianorte - PR.

Categoria Desempenho Econômico						
Desempenho Econômico				Presença no Mercado		Impactos Econômicos Indiretos
EC1	EC2	EC3	EC4	EC6	EC7	EC8

Quadro 2 - Indicadores relevantes de desempenho econômico
Fonte: Autoria própria

Pode-se perceber a partir dos aspectos apresentados, que os gestores apontaram o indicador EC1 (Valor econômico direto gerado e distribuído, incluindo receitas, custos operacionais, remuneração de empregados, doações e outros investimentos na comunidade, lucros acumulados e pagamentos para provedores de capital e governos) como o mais importante. Isso deve ocorrer provavelmente devido às obrigações legais que implicam a esse indicador.

Os indicadores também considerados importantes pelos gestores foram, o EC4 (Ajuda financeira significativa recebida do governo), o EC6 (Políticas, práticas e proporção de gastos com fornecedores locais em unidades importantes) e o EC7 (Procedimentos para contratação local e proporção de membros de alta gerência recrutados na comunidade local em unidades importantes), no entanto, não implicam

em obrigações legais, permanecendo em um nível de importância inferior.

Foi verificado também que, o indicador EC1 existe e está formalizado em programas ou atividades nas empresas pesquisadas, já os indicadores EC4, EC6 e EC7 possuem essa situação em menos de 50% das empresas, ou seja, os gestores ainda não conseguem perceber esses indicadores como apoio às tomadas de decisões, ou pode ser que, não teriam condições de adotá-los sendo elas de ordem financeira, estrutural, tecnológica e de especialidade, entre outras.

Pode-se perceber também que os respondentes apresentam sinais de ausência de treinamento/qualificação empresarial por parte dos mesmos em relação a práticas gerenciais.

Deixando de aplicar o devido valor aos demais indicadores, os gestores podem deixar de utilizar de informações importantes para tomada de decisão, no que se refere a investimentos, melhoria de processos, treinamentos, entre tantos outros, no qual pode ser um grande diferencial competitivo.

A partir do exposto acima, no qual os gestores elencaram o grau de importância, a situação de cada indicador nas empresas e a materialidade de quais indicadores viabilizam a geração do relatório de sustentabilidade de acordo com as diretrizes da GRI-G3, em indústrias de vestuário no APL de Maringá/Cianorte - PR, foi possível identificar discrepância e congruência dos mesmos, conforme apresentadas a seguir:

- Nos indicadores EC1 e EC4, foi identificado congruência com relação ao nível de importância, e a materialidade, porém os gestores não conseguiram identificar/perceber o indicador EC4 ou ao menos ações relacionadas a ele, nas empresas pesquisadas;

- No indicador EC2 constatou-se discrepância a respeito do nível de importância em comparação aos indicadores citados acima, e congruência na questão de os gestores não conseguirem identificar/perceber o indicador ou ao menos ações relacionadas a ele nas empresas pesquisadas.

Pode-se entender que ainda não são completamente compreendidas as implicações de sustentabilidade, pelos gestores das empresas pesquisadas. A partir dessas informações, os atores que fazem parte de um sistema produtivo (APL), podem realizar ajustes para que atinjam os objetivos sustentáveis do mesmo.

4.3 INDICADORES DA CATEGORIA DESEMPENHO AMBIENTAL

Na categoria analisada, entre os 17 indicadores pesquisados, foram encontrados os resultados apresentados na Figura 2, a respeito do nível de importância de cada indicador conforme a percepção dos gestores:

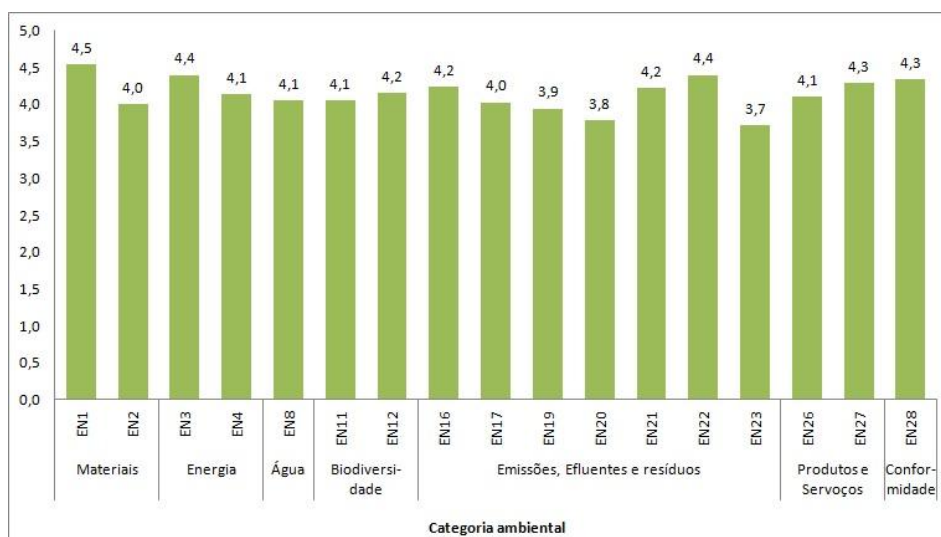


Figura 3 - Gráfico do nível de importância dos indicadores de desempenho ambiental
Fonte: Autoria própria

Com relação ao levantamento realizado para identificar a situação de cada indicador nas empresas, de acordo com a percepção dos gestores, foram encontrados os resultados apresentados no Quadro 3:

Indicadores Desempenho Ambiental	E	EI	ENF	NE
EN1	06 empresas	01 empresa	02 empresas	01 empresa
EN2	00	01 empresa	03 empresas	06 empresas
EN3	02 empresas	00	03 empresas	05 empresas
EN4	00	00	02 empresas	08 empresas
EN8	02 empresas	00	02 empresas	06 empresas
EN11	00	00	00	10 empresas
EN12	00	00	00	10 empresas
EN16	00	00	00	10 empresas
EN17	00	00	00	10 empresas
EN19	00	00	00	10 empresas
EN20	00	00	00	10 empresas
EN21	02 empresas	00	01 empresa	07 empresas
EN22	03 empresas	00	02 empresas	05 empresas
EN23	00	00	00	10 empresas
EN26	00	00	01 empresa	09 empresas
EN27	00	00	03 empresas	07 empresas
EN28	01 empresa	00	03 empresas	06 empresas

Legenda: **E** = Existe e está formalizado em programas ou atividades na organização; **EI** = Existe em fase de implantação na organização; **ENF** = Existem apenas ações relacionadas, mas não está formalizado na organização e **NE** = Não existe na organização.

Quadro 3 - Identificação dos indicadores de desempenho ambiental nas empresas
Fonte: Autoria própria

Na sequência, após aplicação do Teste de Materialidade, foi possível constatar os seguintes indicadores essenciais, apresentados no Quadro 4, como sendo relevantes e viabilizadores da geração do relatório de sustentabilidade de acordo com as diretrizes da GRI-G3 em indústrias de vestuário no APL de Maringá/Cianorte - PR.

Categoria Desempenho Ambiental																
Materiais		Energia		Água	Biodiversidade		Emissões, Efluentes e resíduos						Produtos e Serviços		Conformidade	
EN 1	EN 2	EN 3	EN 4	EN 8	EN 11	EN 12	EN 16	EN 17	EN 19	EN 20	EN 21	EN 22	EN 23	EN 26	EN 27	EN 28

Quadro 4 – Indicadores relevantes de desempenho ambiental
Fonte: Autoria própria

Pode-se perceber a partir dos aspectos apresentados, que os gestores apontaram os indicadores EN1 (Materiais usados por peso ou volume), EN2

(Percentual dos materiais usados provenientes de reciclagem), EN3 (Consumo de energia direta discriminado por fonte primária), EN4 (Consumo de energia indireta discriminado por fonte primária), EN8 (Total de retirada de água por fonte), EN11 (localização e tamanho da área possuída, arrendada ou administrada dentro de áreas protegidas, ou adjacentes a elas, e áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas), EN12 (Descrição de impactos significativos na biodiversidade de atividades, produtos e serviços em áreas protegidas e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas), EN16 (Total de emissões diretas e indiretas de gases de efeito estufa, por peso), EN17 (Outras emissões indiretas relevantes de gases do efeito estufa, por peso), EN21 (Descarte total de água, por qualidade e destinação), EN22 (Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição), EN26 (Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços e a extensão da redução desses impactos); EN27 (Percentual de produtos e suas embalagens recuperados em relação ao total de produtos vendidos, por categoria de produto) e EN28 (Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não-monetárias resultantes da não conformidade com leis e regulamentos ambientais) como os mais importantes.

Pode-se observar que os gestores, de uma forma geral, reconhecem a importância destes. Muito provavelmente, a relevância dada pelos respondentes a tais indicadores, se deve às exigências legais nos aspectos ambientais.

Foi verificado também que, o indicador EN1 existe e está formalizado em programas ou atividades nas empresas pesquisadas, no entanto, os indicadores EN3, EN8, EN21, EN22 e EN28 possuem essa mesma situação, só que em apenas 20% das empresas pesquisadas, e ainda, os demais indicadores não foram identificados, ou seja, os gestores ainda não conseguem perceber os indicadores EN2, EN4, EN11, EN12, EN16, EN17, EN19, EN20, EN23, EN26 e EN27 ou ao menos ações relacionadas a esses indicadores, ou provavelmente, não teriam condições de adotá-los, da mesma forma que os indicadores da categoria desempenho econômico.

A partir do exposto acima, no qual os gestores elencaram o grau de importância, a situação de cada indicador nas empresas e a materialidade de quais indicadores viabilizam a geração de relatório de sustentabilidade conforme as diretrizes da GRI-G3, em indústrias de vestuário no APL de Maringá/Cianorte - PR, foi possível identificar discrepância e congruência dos mesmos, conforme

apresentada a seguir:

– No indicador EN1, foi identificada congruência com relação ao nível de importância, a situação em que se encontra e a materialidade, ou seja, os gestores tem conhecimento e fazem controle da quantidade dos materiais utilizados em sua atividades;

– No indicador EN28, encontra-se congruência entre o nível de importância e a materialidade, no entanto, não conseguiram identificar/perceber o indicador ou ao menos ações relacionadas a ele, nas empresas pesquisadas, ou seja, os gestores tem conhecimento, julgam relevante constar no relatório de sustentabilidade, no entanto, ainda falta o controle das possíveis ações relacionadas a esse indicador;

– Nos demais indicadores, constatou-se discrepância a respeito do nível de importância, da situação em que se encontram e da materialidade, pois, os gestores tem a percepção da importância, mas não apontaram como material, o que para eles não seria relevante constar no relatório de sustentabilidade.

Pode-se entender ainda que, as implicações à respeito do tema sustentabilidade, não são completamente compreendidas pelos gestores das empresas pesquisadas. Nesse sentido, o fato de os gestores não apontarem a maioria dos indicadores ambientais como, material para constar de um relatório de sustentabilidade, pode gerar dúvida de que algumas ações podem não estar em conformidade com leis ambientais e/ou outras discrepâncias.

O fato de a maioria dos indicadores essenciais não serem constatados como material, trás a possibilidade para que os gestores repensem suas ações e melhorarem suas estratégias ambientais.

4.4 INDICADORES DA CATEGORIA DESEMPENHO SOCIAL

4.4.1 Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente

Nessa categoria, entre os 09 indicadores pesquisados, foram encontrados

os resultados apresentados na Figura 3, a respeito do nível de importância de cada indicador conforme a percepção dos gestores:

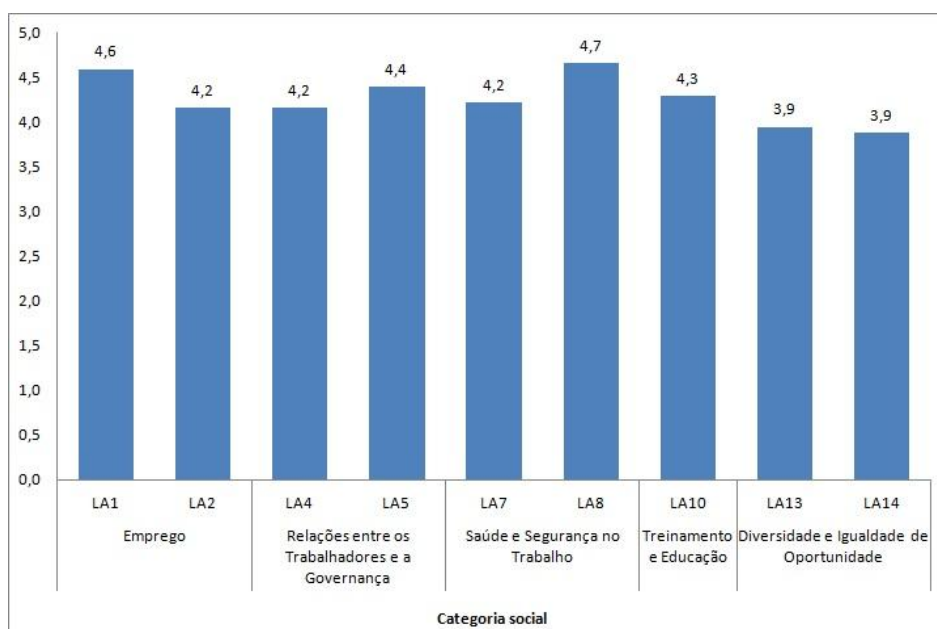


Figura 4 - Gráfico do nível de importância dos indicadores de desempenho social – (Práticas trabalhistas e Trabalho decente)
Fonte: Autoria própria

Com relação ao levantamento realizado para identificar a situação de cada indicador nas empresas, de acordo com a percepção dos gestores, foram encontrados os resultados apresentados no Quadro 5:

Indicadores Desempenho Social	E	EI	ENF	NE
LA1	08 empresas	00	01 empresa	01 empresa
LA2	04 empresas	00	02 empresas	04 empresas
LA4	05 empresas	00	00	05 empresas
LA5	04 empresas	00	04 empresas	02 empresas
LA7	04 empresas	00	01 empresa	05 empresas
LA8	03 empresas	00	04 empresas	03 empresas
LA10	01 empresa	00	05 empresas	04 empresas
LA13	00	00	05 empresas	05 empresas
LA14	03 empresas	00	02 empresas	05 empresas

Legenda: **E** = Existe e está formalizado em programas ou atividades na organização; **EI** = Existe em fase de implantação na organização; **ENF** = Existem apenas ações relacionadas, mas não está formalizado na organização e **NE** = Não existe na organização.

Quadro 5 - Identificação dos indicadores de desempenho social - (Práticas trabalhistas e Trabalho decente) nas empresas
Fonte: Autoria própria

Na sequência, após aplicação do Teste de Materialidade, foi possível constatar os seguintes indicadores essenciais, apresentados no Quadro 6, como sendo relevantes e viabilizadores da geração do relatório de sustentabilidade de acordo com as diretrizes da GRI-G3, em indústrias de vestuário no APL de Maringá/Cianorte - PR.

Social - Práticas trabalhistas e Trabalho decente								
Emprego		Relações entre os Trabalhadores e a Governança		Saúde e Segurança no Trabalho		Treinamento e Educação	Diversidade e Igualdade de Oportunidade	
LA1	LA2	LA4	LA5	LA7	LA8	LA10	LA13	LA14

Quadro 6 - Indicadores relevantes de desempenho social - (Práticas trabalhistas e Trabalho decente)

Fonte: Autoria própria

A partir dos aspectos apresentados, perceber-se que os gestores apontaram os indicadores LA1 (Total de trabalhadores por tipo de emprego, contrato de trabalho e região), LA2 (Número total e taxa de rotatividade de empregados por faixa etária, gênero e região), LA4 (Percentual de empregados abrangidos por acordos de negociação coletiva), LA5 (Prazo mínimo para notificação com antecedência referente a mudanças operacionais, incluindo se esse procedimento está especificado em acordos de negociação coletiva), LA7 (Taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e óbitos relacionados ao trabalho, por região), LA8 (Programas de educação, treinamento, aconselhamento, prevenção e controle de risco em andamento para dar assistência a empregados, seus familiares ou membros da comunidade com relação a doenças graves) e LA10 (Média de horas de treinamento por ano, por funcionário, discriminadas por categoria funcional) como os mais importantes.

Provavelmente os gestores identificaram os indicadores LA1 e LA4 como existentes e formalizados em programas ou atividades nas empresas pesquisadas, devido não só às implicações legais, mas também, pelo fato de ser um setor onde há certa carência de mão de obra qualificada, cujo déficit de qualificação compõe objetivo dos gestores. Isso demonstra que os gestores possuem não só o conhecimento, mas um controle das ações desses indicadores, no entanto um dos

indicadores que talvez não devesse ter passado despercebido pelos gestores é o LA10 que provavelmente auxiliasse em partes a questão dessa carência.

A partir do exposto acima, no qual os gestores identificaram o grau de importância, de cada indicador nas empresas e a materialidade sobre quais indicadores viabilizam a geração de relatório de sustentabilidade conforme as diretrizes da GRI-G3, em indústrias de vestuário no APL de Maringá/Cianorte - PR, foi possível observar que existe congruência, conforme apresentada a seguir:

– Nos indicadores LA1, LA4, LA7, LA8 e LA10, foi identificada congruência com relação ao nível de importância e a materialidade dos indicadores. Porém, o indicador LA14 diverge dessa situação.

E que existe discrepância, conforme apresentada a seguir:

– Nos indicadores LA2 e LA5, que são discrepantes quanto ao nível de importância e a relevância (materialidade), isso demonstra que os gestores apesar de terem a percepção da importância, não consideram relevantes para serem relatados no momento.

Diante do exposto, considera-se que os gestores são mais esclarecidos nas questões sustentáveis dessa categoria frente as anteriores.

4.4.2 Sociedade

Na categoria “sociedade”, dentre os 06 indicadores pesquisados, foram encontrados os resultados apresentados na Figura 4, a respeito do nível de importância de cada indicador conforme a percepção dos gestores:

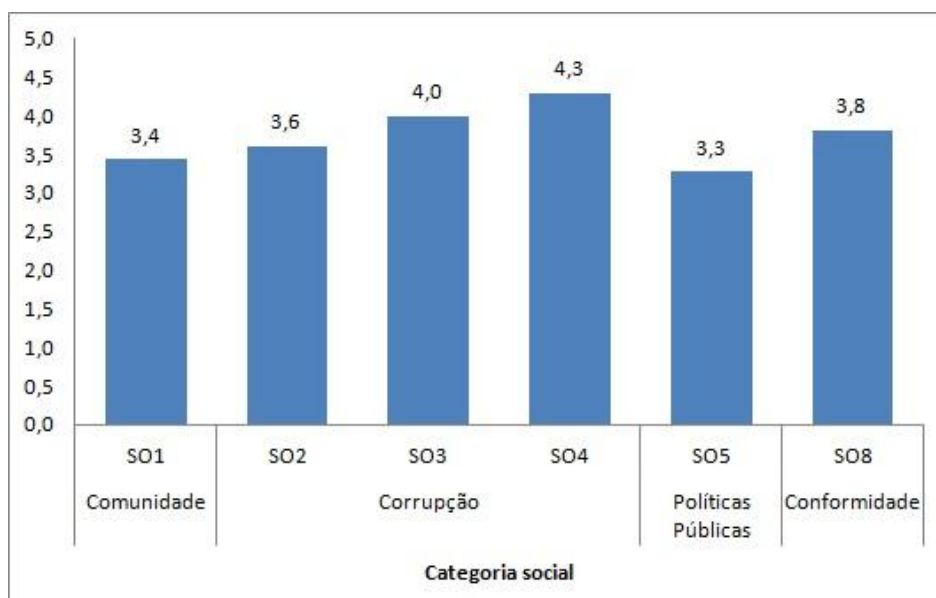


Figura 5 - Gráfico do nível de importância dos indicadores de desempenho social – (Sociedade)

Fonte: Autoria própria (2011)

Com relação ao levantamento realizado para identificar a situação de cada indicador nas empresas, de acordo com a percepção dos gestores, foram encontrados os resultados apresentados no Quadro 7:

Indicadores Desempenho Social	E	EI	ENF	NE
SO1	00	00	02 empresas	08 empresas
SO2	00	00	01 empresa	09 empresas
SO3	00	00	01 empresa	09 empresas
SO4	00	01 empresa	02	07 empresas
SO5	00	00	01 empresa	09 empresas
SO8	01 empresa	00	01 empresa	08 empresas

Legenda: **E** = Existe e está formalizado em programas ou atividades na organização; **EI** = Existe em fase de implantação na organização; **ENF** = Existem apenas ações relacionadas, mas não está formalizado na organização e **NE** = Não existe na organização.

Quadro 7 - Identificação dos indicadores de desempenho social - (Sociedade) nas empresas
Fonte: Autoria própria

Na sequência, após aplicação do Teste de Materialidade, não foi possível constatar nenhum indicador essencial, como sendo relevantes e viabilizadores da geração do relatório de sustentabilidade de acordo com as diretrizes da GRI-G3, em indústrias de vestuário no APL de Maringá/Cianorte - PR.

A partir dos dados supra relacionados, denota-se que os gestores identificaram importância em apenas dois dos indicadores, quais sejam, SO3 (Percentual de empregados treinados nas políticas e procedimentos anticorrupção

da organização) e SO4 (Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção).

Tal identificação tem seu fundamento na análise pelos gestores em que frente ao aspecto corrupção acreditam ser importante o emprego na organização de políticas anticorrupção, bem como a aplicação de medidas que respondam casos de corrupção.

No entanto, apesar da consciência explícita acima, os mesmos não demonstraram preocupação e conhecimento de necessidade quanto aos outros aspectos e indicadores relativos ao desempenho para a sociedade.

4.4.3 Direitos Humanos

Na presente categoria, entre os 06 indicadores pesquisados, foram encontrados os resultados apresentados na Figura 5, a respeito do nível de importância de cada indicador conforme a percepção dos gestores:

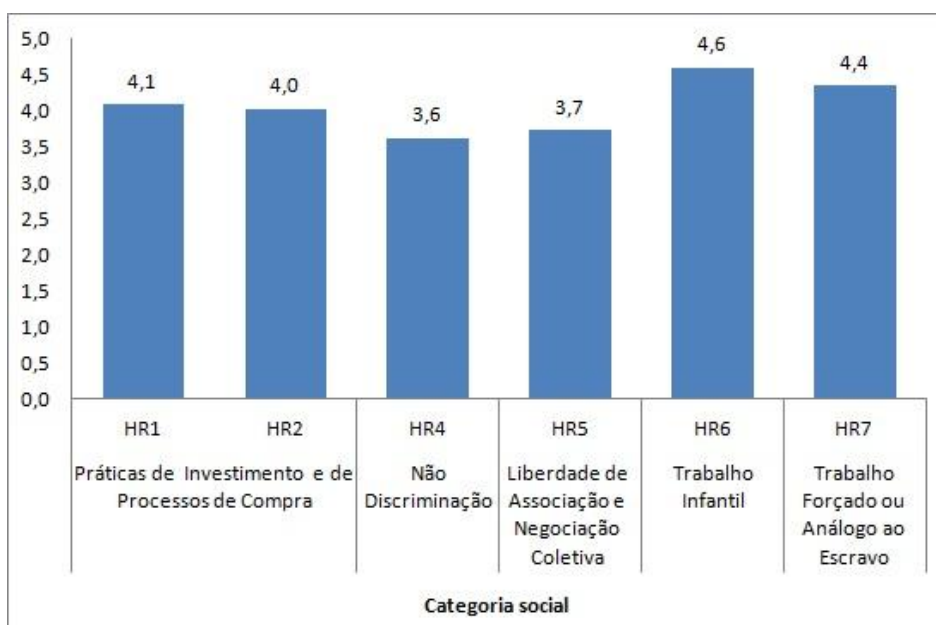


Figura 6 - Gráfico do nível de importância dos indicadores de desempenho social – (Direitos humanos)

Fonte: Autoria própria

Com relação ao levantamento realizado para identificar a situação de cada indicador nas empresas, de acordo com a percepção dos gestores, foram encontrados os resultados apresentados no Quadro 8:

Indicadores Desempenho Social	E	EI	ENF	NE
HR1	00	00	03 empresas	07 empresas
HR2	00	00	00	10 empresas
HR4	01 empresa	00	00	09 empresas
HR5	00	00	00	10 empresas
HR6	00	00	02 empresas	08 empresas
HR7	00	00	00	10 empresas

Legenda: **E** = Existe e está formalizado em programas ou atividades na organização; **EI** = Existe em fase de implantação na organização; **ENF** = Existem apenas ações relacionadas, mas não está formalizado na organização e **NE** = Não existe na organização.

Quadro 8 - Identificação dos indicadores de desempenho social - (Direitos humanos) nas empresas

Fonte: Autoria própria

Na sequência, após aplicação do Teste de Materialidade, foi possível constatar os seguintes indicadores essenciais, apresentados no Quadro 9, como sendo relevantes e viabilizadores da geração do relatório de sustentabilidade de acordo com as diretrizes da GRI-G3, em indústrias de vestuário no APL de Maringá/Cianorte - PR.

Social - Direitos humanos					
Práticas de Investimento e de Processos de Compra		Não Discriminação	Liberdade de Associação e Negociação Coletiva	Trabalho Infantil	Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo
HR1	HR2	HR4	HR5	HR6	HR7

Quadro 9 - Indicadores relevantes de desempenho social - (Direitos humanos)

Fonte: Autoria própria

Pode-se perceber a partir dos aspectos apresentados, que os gestores apontaram os indicadores HR1 (Percentual e número total de contratos de investimento significativos que incluam cláusulas referentes a direitos humanos ou que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos), HR2 (Percentual de empresas contratadas e fornecedores críticos que foram submetidos a avaliação referentes a direitos humanos, e medidas tomadas), HR6 (Operações identificadas como de risco significativo de ocorrência de trabalho infantil e as medidas tomadas para contribuir para a abolição do trabalho infantil) e HR7 (Operações identificadas como de risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo

e as medidas tomadas para contribuir para a erradicação do trabalho forçado ou análogo ao escravo) como os mais importantes.

Esses dados podem demonstrar a valorização e o respeito pelos funcionários das empresas pesquisadas.

Foi verificado também que, nenhum dos indicadores existe nas empresas pesquisadas, ou seja, os gestores ainda não conseguem perceber esses indicadores ou ao menos ações relacionadas aos mesmos, ou pode ser que, não teriam condições de adotá-los.

A partir do exposto acima, no qual os gestores elencaram o grau de importância e a materialidade de quais indicadores, viabilizam a geração de relatório de sustentabilidade de acordo com as diretrizes da GRI-G3, em indústrias de vestuário no APL de Maringá/Cianorte - PR, foi possível identificar e congruência, conforme apresentada a seguir:

– Nos indicadores HR1, HR2, HR6 e HR7, foi identificada congruência com relação ao nível de importância e a materialidade, porém, os gestores não conseguiram identificar/perceber nenhum dos indicadores ou ao menos ações relacionadas a eles nas empresas pesquisadas.

Esse resultado expõe que o desempenho relativo aos direitos humanos apresenta insuficiência frente aos investimentos no aspecto da prática, da não discriminação, a liberdade de negociação e demais relacionados com operações que identificassem riscos significativos a respeito.

4.4.4 Responsabilidade pelo Produto

Nessa categoria, entre os 04 indicadores pesquisados, foram encontrados os resultados apresentados na Figura 6, a respeito do nível de importância de cada indicador conforme a percepção dos gestores:

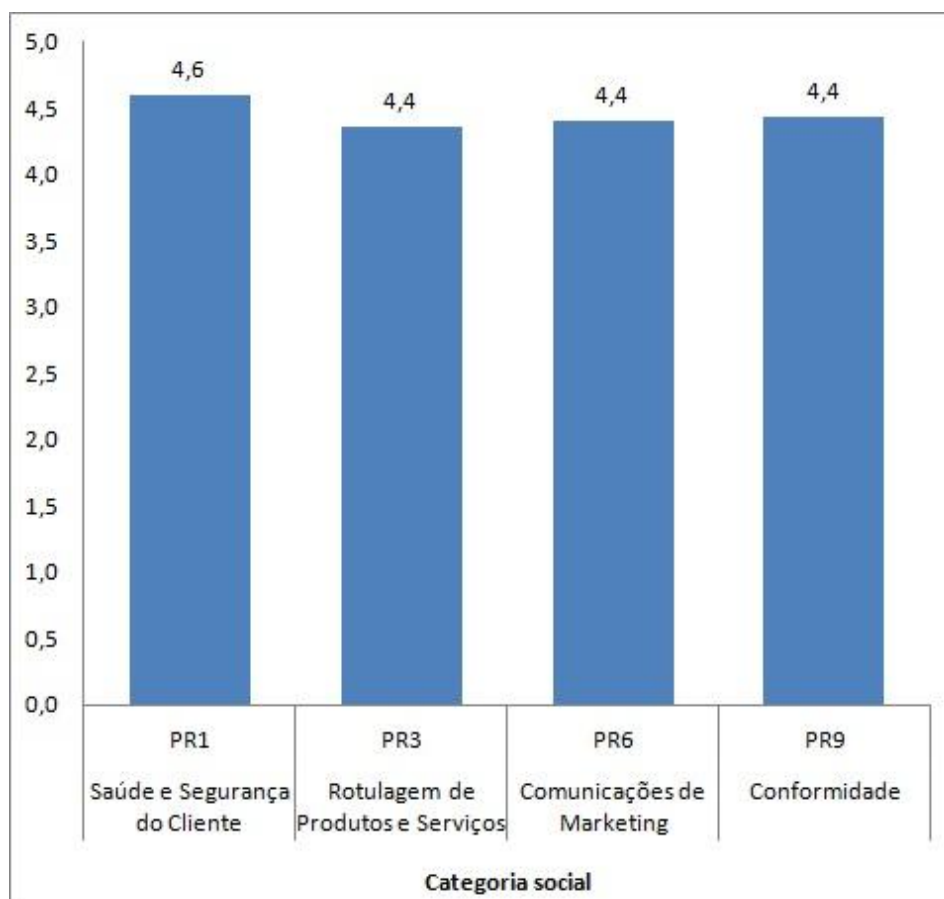


Figura 7 - Gráfico do nível de importância dos indicadores de desempenho social – (Responsabilidade pelo produto)
Fonte: Autoria própria

Com relação ao levantamento realizado para identificar a situação de cada indicador nas empresas, de acordo com a percepção dos gestores, foram encontrados os resultados apresentados no Quadro 10:

Indicadores Desempenho Social	E	EI	ENF	NE
PR1	03 empresas	01 empresa	02 empresas	04 empresas
PR3	04 empresas	01 empresa	03 empresas	02 empresas
PR6	03 empresas	00	03 empresas	04 empresas
PR9	02 empresas	00	03 empresas	05 empresas

Legenda: **E** = Existe e está formalizado em programas ou atividades na organização; **EI** = Existe em fase de implantação na organização; **ENF** = Existem apenas ações relacionadas, mas não está formalizado na organização e **NE** = Não existe na organização.

Quadro 10 - Identificação dos indicadores de desempenho social - (Responsabilidade pelo produto) nas empresas
Fonte: Autoria própria

Na sequência, após aplicação do Teste de Materialidade, foi possível

constatar os seguintes indicadores essenciais, apresentados no Quadro 11, como sendo relevantes e viabilizadores da geração do relatório de sustentabilidade de acordo com as diretrizes da GRI-G3, em indústrias de vestuário no APL de Maringá/Cianorte - PR.

Desempenho Social - Responsabilidade pelo Produto			
Saúde e Segurança do Cliente	Rotulagem de Produtos e Serviços	Comunicações de Marketing	Conformidade
PR1	PR3	PR6	PR9

Quadro 11 - indicadores relevantes de desempenho social - (Responsabilidade pelo produto)
 Fonte: Autoria própria

Os aspectos apresentados demonstram que, os gestores apontaram todos os indicadores como importante, conforme segue: PR1 (Fases do ciclo de vida de produtos e serviços em que os impactos na saúde e segurança são avaliados visando melhoria, e o percentual de produtos e serviços sujeitos a esses procedimentos), PR3 (Tipo de informação sobre produtos e serviços exigida por procedimentos de rotulagem, e o percentual de produtos e serviços sujeitos a tais exigências), PR6 (Programas de adesão às leis, normas e códigos voluntários relacionados a comunicação de marketing, incluindo publicidade, propaganda e patrocínio) e PR9 (Valor monetário de multas – significativas – por não-conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e usar de produtos e serviços). Esses dados podem demonstrar a preocupação das empresas no que se refere a responsabilidade pelo produto.

Foi constatado também que, todos os indicadores existem e estão formalizados em programas ou atividades em apenas 30% das empresas pesquisadas, ou seja, a maioria dos gestores não conseguiram identificar nenhum dos indicadores, entretanto, há ações relacionadas aos mesmos em 40% das empresas, o que indica que poucos gestores detêm tal conhecimento e/ou controle de tais ações.

A partir do exposto acima, no qual os gestores elencaram o grau de importância, a situação de cada indicador nas empresas e a materialidade de quais indicadores viabilizam a geração de relatório de sustentabilidade de acordo com as

diretrizes da GRI-G3, em indústrias de vestuário no APL de Maringá/Cianorte - PR, foi possível identificar congruência dos mesmos, conforme apresentada a seguir:

– Nos indicadores PR1, PR3, PR6 e PR9, foi identificada congruência com relação ao nível de importância e a materialidade, esse resultado pode significar que alguns gestores reconhecem tais indicadores e estão iniciando algum tipo de sistema de controle dos mesmos nas empresas pesquisadas.

Dessa forma, percebe-se que é possível adotar ações para implantar esses indicadores, pois se é importante na percepção dos gestores e material para ser relatado num relatório de sustentabilidade, provavelmente os mesmos tem expectativas dessa adoção.

4.5 PRINCÍPIOS DO CONTEXTO DA SUSTENTABILIDADE E DA ABRANGÊNCIA

De acordo com a explanação exposta acima, foi verificado os Princípios do Contexto da Sustentabilidade e da Abrangência dos indicadores resultantes do teste de materialidade apresentados no Quadro 12:

	Nível de importância	Situação de cada indicador		Materialidade		Nível de importância	Situação de cada indicador		Materialidade
		E	EI				E	EI	
Categoria Desempenho Econômico	EC1	EC1		EC1		LA1	LA1		LA1
	EC4			EC2		LA2	LA4		LA4
	EC6			EC4		LA4			LA7
	EC7					LA5			LA8
Categoria Desempenho Ambiental	EN1	EN1		EN1		LA7			LA10
	EN2			EN28		LA8			LA14
	EN3					LA10			
	EN4								
	EN8								
	EN11								
	EN12								
	EN16								
	EN17								
	EN21								
	EN22								
	EN26								
	EN27								
	EN28								
Social - Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente						SO3			
						SO4			
						HR1			HR1
						HR2			HR2
						HR6			HR6
						HR7			HR7
						PR1			PR1
						PR3			PR3
						PR6			PR6
						PR9			PR9

Quadro 12 - Indicadores resultantes da análise
Fonte: Autoria própria

- Embora os gestores tenham percepção da importância das questões sustentáveis, aparentemente os indicadores resultantes do Teste de Materialidade apresentam um entendimento parcial no que se refere à Categoria Desempenho Ambiental das organizações, sobre desenvolvimento sustentável;
- Pode-se afirmar que os indicadores fazem referência a condições e metas mais abrangentes de desenvolvimento sustentável, no entanto, no quesito da materialidade, a Categoria Desempenho Ambiental apresenta-se insuficiente para contemplar todo o contexto da sustentabilidade e da abrangência;
- Percebe-se que os indicadores apresentam parcialmente o desempenho das organizações de forma a comunicar a magnitude de seus impactos em um contexto geográfico apropriado, considerando a ausência de indicadores ambientais

que demonstrem tal desempenho;

- Os gestores identificam indicadores que julgam importantes para estratégias a serem descritas, que evitem riscos e abram oportunidades que seriam objeto de aplicação a longo prazo, todavia, tal procedimento não é adotado de forma suficiente pelas empresas, tendo em vista a não materialização de indicadores de desempenho ambiental frente aos temas da cadeia de suprimentos;

- Mesmo sendo reconhecida a importância de tais indicadores, os mesmos não abrangem a prioridade necessária de toda cadeia;

- Os indicadores listados na figura 12, podem refletir consideravelmente o desempenho de todas as entidades detidas no controle organizacional, ou que exercem influência significativa sobre as mesmas;

- Considerando-se as práticas das empresas, a inclusão de todas as ações ou eventos significativos, pode ocorrer com referência à sustentabilidade, no que tange o período ocorrido em relação ao planejamento passado e futuro;

- De acordo com os resultados expostos na figura 12, pode-se perceber a omissão de informações com certa relevância que poderiam auxiliar nas avaliações ou nas decisões dos *stakeholders*, de forma preponderante.

Por fim, a partir dos resultados encontrados, pode se concluir que os indicadores que viabilizam a geração de relatório de sustentabilidade em MPMDs indústrias de vestuário, pesquisados no APL, de acordo com as diretrizes da GRI-G3, são: EC1, EC2, EC4, EN1, EN28, LA1, LA4, LA7, LA8, LA10, LA14, HR1, HR2, HR6, HR7, PR1, PR3, PR6 e PR9 conforme disposto no Quadro 13.

Categoria Desempenho Econômico		Categoria Desempenho Ambiental		Categoria Desempenho Social - Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente					
Desempenho Econômico		Conformidade		Saúde e Segurança no Trabalho		Treinamento e Educação		Diversidade e Igualdade de Oportunidade	
EC1	EC2	EC4	EN28	LA1	LA4	LA7	LA8	LA10	LA14
Categoria Desempenho Social - Indicadores de Desempenho referentes a Responsabilidade pelo Produto		Categoria Desempenho Social - Indicadores de Desempenho referentes a Direitos Humanos		Saúde e Segurança do Cliente		Comunicações de Marketing		Conformidade	
Práticas de Investimento e de Processos de Compra		Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo		Rotulagem de Produtos e Serviços		Saúde e Segurança do Cliente		Conformidade	
HR1	HR2	HR6	HR7	PR1	PR3	PR6	PR9	PR9	PR9

Quadro 13 - Indicadores viabilizadores da geração de relatório de sustentabilidade em MPMDs indústrias de vestuário no APL de Maringá/Cianorte

Fonte: Autoria própria

A partir dos indicadores acima propostos, pode-se sugerir que sejam inclusos os aspectos Energia, Água e Resíduos, bem como seus respectivos indicadores EN3, EN8, EN16, EN21, EN22 para que todas as informações necessárias sejam expostas de forma transparente no relatório de sustentabilidade, nas categorias desempenho econômico, ambiental e social. Pois, notou-se que são indicadores essenciais para o setor de vestuário.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

Esse capítulo apresenta as considerações finais sobre o presente estudo. Apresenta também as limitações da pesquisa, e algumas sugestões que podem servir de base para futuros trabalhos.

5.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral de avaliar a viabilidade da ferramenta GRI, para a geração de relatório de sustentabilidade em MPMDs indústrias de vestuário no APL de Maringá/Cianorte foi atingido, por meio da metodologia desenvolvida nesse estudo. Onde, foram identificados indicadores de sustentabilidade das diretrizes da GRI-G3 que viabilizam a geração de relatório de sustentabilidade em MPMDs indústrias de vestuário. A metodologia desenvolvida envolveu as seguintes análises: nível de importância dos indicadores conforme a percepção dos gestores, situação de cada indicador nas empresas e materialidade dos indicadores, através dos quais é possível identificar os indicadores viabilizadores de relatório de sustentabilidade.

Através da análise do nível de importância dos indicadores, realizada nesse estudo, constatou-se que na categoria desempenho econômico, os gestores apontaram como importante 57% dos indicadores, no qual referem-se a valor econômico gerado e distribuído, auxílio financeiro recebida do governo, gastos com fornecedores locais, contratação e recrutamento na comunidade local.

Constatou-se na categoria desempenho ambiental, que os gestores apontaram como importante 82% dos indicadores, quais sejam, quantidade de materiais usados, materiais reciclados, consumo de energia direta e indireta, uso de água, propriedade em áreas protegidas, impactos de atividades em áreas protegidas, emissões direta e indireta de gases ou de substâncias perigosas e outras emissões atmosféricas, descarte de água e de resíduos, derramamento, mitigação e redução dos impactos, produtos e embalagens recuperados e por fim, valor monetário de multas e sanções não-monetárias por não conformidade.

Na categoria desempenho social, sobre as práticas trabalhistas e trabalho decente, verificou-se que os gestores apontaram como importante 77% dos

indicadores, sendo eles, número de trabalhadores por tipo de emprego, rotatividade de empregados por faixa etária, empregados com acordo de negociação coletiva, prazo mínimo para notificação de mudanças operacionais, taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos e absenteísmo, educação, treinamento prevenção e controle de risco e média de horas de treinamento por funcionário.

Nessa mesma categoria, sobre a sociedade constatou-se que, apenas 33% dos indicadores foram apontados como importante pelos gestores, a saber, percentual de empregados treinados e procedimentos anticorrupção e medidas tomadas em casos de corrupção. Através da análise, no que se refere a direitos humanos, verificou-se que os gestores indicaram como importante 66% dos indicadores, sendo eles, contratos e investimentos que incluam cláusulas referentes a direitos humanos, empresas contratadas e fornecedores submetidos a avaliação referente a direitos humanos, risco de ocorrência de trabalho infantil e risco de ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo.

Constatou-se também que, sobre responsabilidade pelo produto, foi indicado como importante 100% dos indicadores, sendo eles, fases do ciclo de vida de produtos e serviços, informação sobre produtos e serviços, adesão à leis, normas e códigos voluntários e valor monetário e multas por não-conformidade.

Considerando as três categorias, de forma única, pode-se verificar que 71% dos indicadores são importantes para os gestores das empresas.

No entanto, na análise da materialidade dos indicadores, obteve-se os resultados apresentados no quadro 12, sendo considerados relevantes (materiais) para o relatório de sustentabilidade em MPMDs indústrias de vestuário, apenas 38,77% dos indicadores das diretrizes da GRI-G3, no qual referem-se a valor econômico gerado e distribuído, implicações financeiras, riscos e oportunidades decorrentes de mudanças climáticas e auxílio financeiro recebida do governo; quantidade de materiais usados e valor monetário de multas e sanções não-monetárias por não conformidade; número de trabalhadores por tipo de emprego, empregados com acordo de negociação coletiva, taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos e absenteísmo, educação, treinamento prevenção e controle de risco, proporção de salário entre homens e mulheres; contratos e investimentos que incluam cláusulas referentes a direitos humanos, empresas contratadas e fornecedores submetidos a avaliação referente a direitos humanos, risco de ocorrência de trabalho infantil e risco de ocorrência de trabalho forçado ou

análogo ao escravo; fases do ciclo de vida de produtos e serviços, informação sobre produtos e serviços, adesão à leis, normas e códigos voluntários e valor monetário e multas por não-conformidade.

Contudo, há uma discrepância entre o que os gestores julgam importante e o que teriam condições de relatar, considerando que no levantamento realizado houve considerável dificuldade em reconhecer a existência de indicadores nas empresas, por parte dos gestores, conforme apresentado no quadro 12 .

Isso provavelmente possa ocorrer em função de problemas associados ao setor industrial podendo citar a alta taxa de informalidade das MPEs, o porte dos empreendimentos e as características do mercado de moda. Somando-se a isso, a dificuldade em estabelecer estratégia de atuação coletiva e competitiva para o arranjo produtivo local. Ou seja, a governança depara-se com barreiras para estimular a cooperação empresarial das MPEs (GALDAMEZ, 2010).

Nesse sentido, o perfil dos empresários está relacionado com os fatores associados com a problemática do processo industrial, assim a capacitação do empresário em conjunto com a carência do mercado na questão tecnológica de gestão e inovação praticada define o porte da empresa. Logo, afirma-se que o APL demonstra carência de uma sistemática de desenvolvimento sustentável a ser estabelecida, capaz de promover a cooperação entre as empresas e a governança das mesmas para um estímulo de formatação da ação coletiva (*joint action*), que envolva principalmente as MPEs (GALDAMEZ, 2010).

Diante do exposto, conclui-se que, conforme os resultados da análise, os indicadores das diretrizes da GRI-G3 viabilizam a geração de relatório de sustentabilidade em MPMDs indústrias de vestuário no APL de Maringá/Cianorte, uma vez que tais diretrizes direcionam as organizações sobre qual nível de aplicação podem utilizar, sendo que para empresas relatoras iniciantes, devem responder a um mínimo de 10 indicadores de desempenho, incluindo-se ao menos um indicador de cada uma das seguintes áreas: social, ambiental e econômica.

Portanto, pelo presente estudo para esta amostra, se houver a geração de relatório de sustentabilidade em MPMDs indústrias de vestuário, seriam utilizados os indicadores apresentados no Quadro 13 do capítulo anterior.

5.2 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Uma das limitações da pesquisa foi a impossibilidade de coletar dados em um número maior de amostra, devido a não disponibilização por parte dos gestores das indústrias de vestuário do APL.

A dificuldade dos gestores das micro empresas pesquisadas, em responder os questionários, devido à compreensão parcial do assunto pesquisado.

O número elevado de informações a serem disponibilizadas pelos gestores das empresas pesquisadas.

Outra limitação da pesquisa foi em relação à falta de estudos existentes sobre o tema abordado, no setor de vestuário.

5.3 SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

A partir dos resultados obtidos podem ser listadas algumas sugestões para trabalhos futuros:

- Aplicar a pesquisa em uma amostra maior de empresas, a fim de obter outras informações com relação aos indicadores das diretrizes da GRI-G3, no intuito de ampliar o número de indicadores a se relatar;
- Utilizar outro instrumento de coleta de dados, que possibilite obter informações sobre a importância dos indicadores, um em relação aos outros e não apenas em relação ao seu respectivo aspecto.
- Desenvolver um sistema de medição de desempenho, utilizando os resultados obtidos nessa pesquisa.

REFERÊNCIAS

AL-SHARRAH, G.; ELKAMEL, A.; ALMANSSOOR, A. Sustainability indicators for decision-making and optimisation in the process industry: the case of the petrochemical industry. **Chemical Engineering Science**. v.65, 2010, pp.1452–1461. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0009250909007301>>. Acesso em: 27 jan. 2011.

ABIT. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA TÊXTIL E DE CONFECÇÃO). **Perfil do setor**. 2011. Disponível em: <http://www.abit.org.br/site/navegacao.asp?id_menu=1&id_sub=4&idioma=PT>. Acesso em: 25 jan. 2012.

APL VESTUÁRIO. **Plano de desenvolvimento do arranjo produtivo local do vestuário de Cianorte / Maringá – Paraná**. 2006. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1248271195.pdf>. Acesso em: 23 set. 2011.

BELLEN, H. M. V. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**. Santa Catarina, Nov. 2002. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção), Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

_____. Desenvolvimento sustentável: uma descrição das principais ferramentas de avaliação. **Revista Ambiente e Sociedade**. Campinas/SP, v. 7, n. 1, p.67-88, jan./jun. 2004.

CALLEFI, Patrícia; CAMPOS, Antonio C. de. **Arranjos produtivos locais de confecção no Paraná: uma análise comparativa**. 2009. Disponível em: <<http://journals.vaggi.org/index.php/browse/index/158?sortOrderId=&recordsPage=2>>. Acesso em: 18 set. 2011.

CAMPOS, Antonio C. de; TRINTIN, Jaime G.; VIDIGAL, Vinícius G. Estrutura de governança: o caso do arranjo produtivo local (APL) do setor de confecção de Maringá (PR). **Textos de Economia**. Florianópolis, v.12, n.1, p.134-155, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/economia/issue/view/1162/showToc>>. Acesso em: 04 set. 2011.

CARVALHO, Vinícius. O centro da moda está aqui. **Revista ACIM**, n.513, ano 48, 2011, p.21, setembro. Disponível em:

<http://issuu.com/acimvirtual/docs/revista_acim_setembro_de_2011?viewMode=magazine&mode=embed>. Acesso em: 06 out. 2011.

EROL, Ismail; et al. Sustainability in the Turkish retailing industry. **Sust. Dev.** v.17, 2009, 49–67. DOI: 10.1002/sd. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/sd.369/pdf>>. Acesso em: 29 ago.2011.

ESTENDER, A. C.; PITTA, T. de T. M. **O conceito de desenvolvimento sustentável.** Disponível em: <http://www.institutosiegen.com.br/artigos/conceito_desenv_sustent.pdf. Acesso em: 26 maio 2010.

_____. **Grupo brasileiro de estudos sobre o GRI.** Disponível em: <http://www.ethos.org.br/_Rainbow/documents/Patrocinius/GrupoBrasileiroGRISaibamais.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2011a.

ETHOS. **Relatório de sustentabilidade.** Disponível em: <http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/1400/o_instituto_ethos/o_uniethos/o_que_fazemos/cursos/relatorio_gri/relatorio_de_sustentabilidade_gri.aspx>. Acesso em: 08 mar. 2011b.

FARIA, Luiz C. de. Potencial de uso de indicadores de desempenho para a gestão de empreendimentos florestais. **Revista científica eletrônica de engenharia florestal.** ano iii, n.06, ago. 2005. Disponível em: <<http://www.faeff.edu.br/revista/florestal06/pages/resenhas/revisao01.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2010.

FERREIRA, Laércio de M. **Estudo comparativo de arranjos e sistemas produtivos locais de software no nordeste do Brasil.** (Tese doutorado) Instituto Federal do rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.redesist.ie.ufrj.br/nt_count.php?projeto=ts1&cod=17>. Acesso em: 20 out. 2011.

FIALHO, Francisco A. P.; et al. **Gestão da sustentabilidade na era do conhecimento.** Florianópolis: Visual Books, 2008.

FIEP. (Federação das Indústrias do Estado do Paraná). 2010. **Benefícios.** Disponível em: <<http://www.fiepr.org.br/fiepr/fomentoedesarrollo/apl/FreeComponent11706content102799.shtml>>. Acesso em: 03 out. 2011.

_____. (Federação das Indústrias do Estado do Paraná). 2010. **APLs do vestuário movimentam economia paranaense**. Disponível em: <<http://www.fiepr.org.br/fiepr/News95content93826.shtml>>. Acesso em: 03 out. 2011.

_____. (Federação das Indústrias do Estado do Paraná). 2012. **APL de confecções**. Disponível em: <<http://www.fiepr.org.br/fiepr/fomentoedesarvolvimento/apl/FreeComponent11706content104096.shtml>>. Acesso em: 03 out. 2011.

GALDAMEZ, Edwin V. C. (coord.). **Introdução de práticas de inovação contínua nas micro e pequenas empresas do arranjo produtivo local do vestuário de Maringá/Cianorte**. Relatório técnico. Programa universidade sem fronteiras: extensão tecnológica empresarial. 2010.

GALINDO, Alexandre G.; CÂMARA, Samuel F.; LOPES JÚNIOR, Elias P. Identificação dos desafios do arranjo produtivo local de tecnologia da informação de Fortaleza-CE. **O&S** - Salvador, v.18 - n.57, p. 265-283 - Abril/Junho – 2011. Disponível em: <<http://www.revistaoes.ufba.br/viewarticle.php?id=1026>>. Acesso em: 20 out. 2011.

GIANNARAKIS, Grigoris; THEOTOKAS, Ioannis. The Effect of Financial Crisis in Corporate Social Responsibility Performance. **International Journal of Marketing Studies**. v.3, n.1, February, 2011. Disponível em: <<http://www.ccsenet.org/journal/index.php/ijms/article/view/9268>>. Acesso em: 10 set. 2011.

GIL, Antonio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GLAVIC, Peter; LUKMAN, Rebeka. Review of sustainability terms and their definitions. **Journal of Cleaner Production**. v.15, 2007, 1875-1885. Disponível em: <<http://www.journals.elsevier.com/journal-of-cleaner-production/>>. Acesso em: 21 set. 2011.

GRANIEL, Gilmar J. La tecnología de la información como factor competitivo: un estudio en el APL cosecha metal-mecánico Santa Rosa/Horizontina, Rs, Brasil. **Visión de Futuro**. Año 8, N°1, Volumen N°15, Enero–Junio, 2011. Disponível em: <http://www.doaj.org/doaj?func=fulltext&passMe=http://revistacientifica.fce.unam.edu.ar/index.php?option=com_content&view=article&id=234:la-tecnologia-de-la-informacion-como-factor-competitivo&catid=98:articulos&Itemid=57>. Acesso em: 11 ago. 2011.

GRI. (*Global Reporting Initiative*). **Ciclo preparatório para elaboração de relatórios de sustentabilidade da GRI: manual para pequenas (e nem tão pequenas) organizações.** Disponível em: <<http://www.globalreporting.org>>. Acesso em: 22 dez. 2010.

_____. (*Global Reporting Initiative*). **Elaboração de relatório de sustentabilidade.** Disponível em: <www.globalreporting.org/languages/Portuguesebrazil/Pages/Elaboração-de-relatórios-de-sustentabilidade.aspx>. Acesso em: 06 ago. 2011.

IBGE. (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável – Brasil.** 2004. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/ids/defaulttab.shtm>>. Acesso em: 14 jun. 2010.

ANTAKARANA. **Compêndio para a sustentabilidade: ferramentas de gestão de responsabilidade socioambiental.** 2008. Disponível em: <<http://www.institutoatkwhh.org.br/compendio/?q=node/99>>. Acesso em: 23 maio 2011.

IPARDES. (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social). **Arranjo produtivo local do vestuário de Cianorte.** Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. – Curitiba, 2006. 29 p. disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/webis.docs/apl_cianorte_nota_tecnica.pdf>. Acesso em: 06 out. 2011.

KACHBA, Yslene R. **Análise de estratégias inovativas de consolidação de arranjo produtivo local de confecção do Estado do Paraná.** Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Ponta Grossa, 2009. 132 fs. Disponível em: <<http://www.pg.utfpr.edu.br/dirppg/ppgep/dissertacoes/arquivos/131/Dissertacao.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2011.

LAKATOS, Eva. M.; MARCONI, Marina A. **Fundamentos da metodologia científica.** 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LEITE FILHO, Geraldo A.; PRATES, Lorene A.; GUIMARÃES, Thiago N. Análise dos níveis de evidenciação dos relatórios de sustentabilidade das empresas brasileiras A+ do Global Reporting Initiative (GRI) no ano de 2007. **RCO – Revista de Contabilidade e Organizações** – FEA-RP/USP, v. 3, n. 7, p. 43-59, set-dez. 2009. Disponível em:

<<http://www.doaj.org/doaj?func=fulltext&passMe=http://www.rco.usp.br/index.php/rco/article/view/107/95>>. Acesso em: 10 set. 2011.

MAGALHÃES, G. **Introdução à metodologia da pesquisa**: caminhos da ciência e tecnologia. São Paulo: Ática, 2005.

MALHOTA, N. **Pesquisa de marketing**: uma orientação aplicada. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

MANZINI, Ezio; VEZZOLI, Carlo. **O desenvolvimento de produtos sustentáveis**. Tradução de Astrid de Carvalho – 1 ed, reimpr – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

MARCONI, Marina A.; LAKATOS, Eva M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2005.

MEUL, Marijke; NEVENS, Frank; REHEUL, Dirk. Validating sustainability indicators: Focus on ecological aspects of Flemish dairy farms. **Ecological Indicators**. 2009. v.9, n.2, 284–295. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1470160X08000617>>. Acesso em: 13 set. 2011.

MOREIRA, Herivelto; CALEFFE, Luiz G. **Metodologia científica para o professor pesquisador**. 2. ed. – Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

MUSSOI, Alex; BELLEN, Hans Michael Van. Evidenciação ambiental: uma comparação do nível de evidenciação entre os relatórios de empresas brasileiras. **RCO – Revista de Contabilidade e Organizações** – FEA-RP/USP, v.4, n.9, p.55-78, mai-ago. 2010. Disponível em: <<http://www.rco.usp.br/index.php/rco/article/view/145>>. Acesso em: 02 out. 2011.

NAGAMATSU, Rosimeiri N.; RESENDE, Luis Mauricio; HATAKEYAMA, Kazuo. **Governança em arranjo produtivo local**: o caso do APL de bonés de Apucarana. Disponível em: <<http://www.apdr.pt/congresso/2009/pdf/Sess%C3%A3o%2041/183A.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2011.

NAGAMATSU, Rosimeiri N. **Análise da estrutura de governança dos arranjos produtivos locais do pólo de confecção do norte-noreste do Estado do Paraná**. DISSERTAÇÃO (Mestre em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-

Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. 111 fs. 2011. Disponível em:
<<http://www.pg.utfpr.edu.br/dirppg/ppgep/dissertacoes/arquivos/167/Dissertacao.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2011.

NOGUEIRA, Marinez Gil. Ambiente e desenvolvimento sustentável: reflexão sobre a educação ambiental no âmbito da gestão ambiental empresarial. **Ambiente & Educação**. vol.14, n.1, 2009. Disponível em:
<<http://www.seer.furg.br/index.php/ambeduc/article/view/1141>>. Acesso em: 03 fev. 2011.

NUNES, Luciana dos S. **Regulação e sustentabilidade**: o caso do setor petróleo no Brasil. Tese (Doutorado em Ciências e Planejamento Energético) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, COPE. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em:
<<http://www.ppe.ufjr.br/ppe/production/tesis/lnunes.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2011.

PAULISTA, Geralda; VARVAKIS, Gregório; MONTIBELLER-FILHO, Gilberto. Espaço emocional e indicadores de sustentabilidade. **Revista Ambiente & Sociedade**. Campinas. v. XI, n. 1- p.185-200 – jan-jun.2008. disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v11n1/12.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2010.

PEREIRA, João V. I. Sustentabilidade: diferentes perspectivas, um objetivo comum. **Economia Global e Gestão**. 2009, vol.14, no.1, p.115-126. ISSN 0873-7444. Disponível em:
<http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=S087374442009000100008&script=sci_arttext>. Acesso em: 14 nov. 2010.

POLAZ, Carla N. M.; TEIXEIRA, Bernardo A. do N. Indicadores de sustentabilidade para a gestão municipal de resíduos sólidos urbanos: um estudo para São Carlos (SP). **Eng Sanit Ambient**. v.14 n.3, jul/set, 2009, 411-420. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/esa/v14n3/v14n3a15.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2011.

RAGAS, A. M. J.; et al. Towards a sustainability indicator for production systems. **J. Cleaner Prod.**, v.3, n.1-2, pp.123-129. 1995. Disponível em:
<<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/095965269500064L>>. Acesso em: ago. 2011.

SACHS, I. **Desenvolvimento**: includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SEBRAE. (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas). **Critérios**

de classificação de empresas. Disponível em: <<http://www.sebrae-sc.com.br/leis/default.asp?vcdtexto=4154&%5E%5E>>. Acesso em: 12 nov. 2010.

_____. (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas). **Vestuário.** 2010. Disponível em: <<http://portal.pr.sebrae.com.br/portalsetor/Conteudo.do?conteudo=481&nivel=194&portal=24>>. Acesso em: 04 set. 2011.

SEURING, Stefan; MÜLLER, Martin. From a literature review to a conceptual framework for sustainable supply chain management. **Journal of Cleaner Production.** V.16, n.15 (2008) 1699–1710. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S095965260800111X>>. Acesso em: 2011.

SICHE, Raúl; et al. Índices versus indicadores: precisões conceituais na discussão da sustentabilidade de países. **Ambiente & Sociedade.** Campinas, v.X, n.2, p.137-148, jul.-dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v10n2/a09v10n2.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2011.

SILVA, Vanessa G. da. Indicadores de sustentabilidade de edifícios: estado da arte e desafios para desenvolvimento no Brasil. **Ambiente Construído.** Porto Alegre, v.7, n.1, p.47-66, jan./mar. 2007. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/40727496/IndicadoresSustentabilidadeEdificios>>. Acesso em: 23 set. 2011.

SILVA, Lílian S. A. da; QUELHAS, Osvaldo L. G. Sustentabilidade empresarial e o impacto no custo de capital próprio das empresas de capital aberto. **Gestão & Produção.** v.13, n.3, p.385-395, set.-dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/gp/v13n3/02.pdf>>. Acesso em: 21 maio 2011.

SOUZA, Rafael B. de; LOPES, Paulo da C. Indicadores de sustentabilidade em simulações de negócios: uma proposição no contexto do jogo de empresas SEE. **Revista Contemporânea de Economia e Gestão.** v.8, n.2, jul/dez. 2010. Disponível em: <<http://www.doaj.org/doaj?func=fulltext&passMe=http://www.contextus.ufc.br/index.php/contextus/article/view/264>>. Acesso e m: 14 out. 2011.

SUGAHARA, Cibele R.; VERGUEIRO, Waldomiro de C. S. Redes sociais: um olhar sobre a dinâmica da informação na rede (APL) Arranjo Produtivo Local têxtil, de Americana – São Paulo. **Rev. Interam. Bibliot. Medellín** (Colombia) v.34, n.2, 2011, pp. 177-186. ISSN 0120-0976. Disponível em: <<http://aprendeenlinea.udea.edu.co/revistas/index.php/RIB/article/view/10323/9531>>.

Acesso em: 21 maio 2011.

TURETA, César; REIS, Alexandre; ÁVILA, Silvio. **Da teoria sistêmica ao conceito de redes interorganizacionais**: um estudo exploratório da teoria das organizações. 2006. Disponível em: <<http://www.regen.com.br/ojs/index.php/regen/article/view/230/402>>. Acesso em: 20 dez. 2011.

TRINTIN, Jaime G.; GONÇALVES, Luciana A. Arranjo produtivo local: importância das ações institucionais e políticas públicas voltado ao setor de confecção de Maringá. **A Economia em Revista**. v.18, n.1, jul. 2010. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EconRev/article/view/13156/8288>>. Acesso em: 23 ago. 2011.

VASCONCELOS, Claudio R. P. de; et al. **Percepção da internalização da responsabilidade socioambiental corporativa**: o caso de uma unidade do APL de confecções do Agreste. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2010_TN_STO_134_852_17479.pdf>. Acesso em: 20 out. 2011.

VEIGA, J. E. da. **Desenvolvimento sustentável**: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 3ª ed., 2008.

VILHENA, Juliana M. Diretrizes para a sustentabilidade das edificações. **Gestão & Tecnologia de Projetos**. v.2, n.2, Maio, 2007. Disponível em: <<http://www.arquitetura.eesc.usp.br/jornal/index.php/gestaodeprojetos/article/viewFile/32/41>>. Acesso em: 21 maio 2011.

VILLELA, Lamounier E.; PINTO, Mario C. S. Governança e gestão social em redes empresariais: análise de três arranjos produtivos locais (APLs) de confecções no estado do Rio de Janeiro. **RAP** — Rio de Janeiro, v.43, n.5, 1067-1089, Set./out. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v43n5/v43n5a05.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2011.

WILLS-JOHNSON, Nick. Lessons for sustainability from the world's most sustainable culture. **Environment, Development and Sustainability**. v.12, n.6, p.909-925, 2010. DOI: 10.1007/s10668-010-9231-2. Disponível em: <<http://www.springerlink.com/content/303024726723p277/>>. Acesso em: 07 out. 2010.

ZILANS, Andis; ABOLINA, Kristine. A methodology for assessing urban

sustainability: Aalborg commitments baseline review for Riga, Latvia. **Environment, Development and Sustainability**. v.11, Number 1, 85-114, DOI: 10.1007/s10668-007-9099-y. Disponível em: <<http://www.springerlink.com/content/cw2w701551781016/>>. Acesso em: 21 set. 2011.

APÊNDICE A - Questionário 1

Pesquisa sobre o nível de importância e levantamento da situação dos indicadores de sustentabilidade

Objetivo da pesquisa: Avaliar a viabilidade das diretrizes da GRI-G3 para a geração de relatório de sustentabilidade nas MPMDs indústrias de vestuário do APL de Cianorte/Maringá-PR.

Instrução: O questionário deverá ser respondido de acordo com a percepção do (s) gestor (es) da empresa.

Para o nível de importância dos indicadores, deverá ser apontada apenas uma das opções de 1 a 5.

Legenda para a resposta do levantamento da situação dos indicadores (deverá ser apontada apenas uma das opções)

NE = Não existe na organização

ENF = Existem apenas ações relacionadas, mas não está formalizado na organização

EI = Existe em fase de implantação na organização

E = Existe e está formalizada em programas ou atividades na organização

INDICADORES DE DESEMPENHO ECONÔMICO

Aspecto	Indicador	Nível de importância do indicadores						
		1 = Irrelevante	2 = Pouco importante	3 = Nem importante e nem irrelevante	4 = Importante	5 = Muito importante		
Desempenho Econômico	EC1	Valor econômico direto gerado e distribuído, incluindo receitas, custos operacionais, remuneração de empregados, doações e outros investimentos na comunidade, lucros acumulados e pagamentos para provedores de capital e governos.						
			Levantamento	NE	ENF	EI	E	
			EC2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização devido a mudanças climáticas.				
	Levantamento	NE	ENF	EI	E			
	EC3	Cobertura das obrigações do plano de pensão de benefício definido que a organização oferece.						
	Levantamento	NE	ENF	EI	E			
	EC4	Ajuda financeira significativa recebida do governo.						
	Levantamento	NE	ENF	EI	E			

INDICADORES DE DESEMPENHO AMBIENTAL											
Nível de importância do indicadores											
Aspecto	Indicador					1 = Irrelevante	2 = Pouco importante	3 = Nem importante e nem irrelevante	4 = Importante	5 = Muito importante	
Presença no Mercado	EC6	Políticas, práticas e proporção de gastos com fornecedores locais em unidades operacionais importantes.									
	Levantamento	NE	ENF	EI	E						
Impactos Económicos Indiretos	EC7	Procedimentos para contratação local e proporção de membros de alta gerência recrutados na comunidade local em unidades operacionais importantes.									
	Levantamento	NE	ENF	EI	E						
Impactos Económicos Indiretos	EC8	Desenvolvimento e impacto de investimentos em infra-estrutura e serviços oferecidos, principalmente para benefício público, por meio de engajamento comercial, em espécie ou atividades pro bono.									
	Levantamento	NE	ENF	EI	E						
Materiais	EN1	Materiais usados por peso ou volume.									
	Levantamento	NE	ENF	EI	E						
Materiais	EN2	Percentual dos materiais usados provenientes de reciclagem.									
	Levantamento	NE	ENF	EI	E						
Energia	EN3	Consumo de energia direta discriminado por fonte de energia primária.									
	Levantamento	NE	ENF	EI	E						
Energia	EN4	Consumo de energia indireta discriminado por fonte primária									
	Levantamento	NE	ENF	EI	E						
Água	EN8	Total de retirada de água por fonte.									
	Levantamento	NE	ENF	EI	E						

Aspecto		Indicador					Nível de importância do indicadores				
		1 = Irrelevante	2 = Pouco importante	3 = Nem importante e nem irrelevante	4 = Importante	5 = Muito importante					
Produtos e Serviços	EN26	Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços e a extensão da redução desses impactos.									
	Levantamento	NE	ENF	EI	E						
Conformidade	EN27	Percentual de produtos e suas embalagens recuperados em relação ao total de produtos vendidos, por categoria de produto.									
	Levantamento	NE	ENF	EI	E						
Conformidade	EN28	Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não-monetárias resultantes da não conformidade com leis e regulamentos ambientais.									
	Levantamento	NE	ENF	EI	E						
INDICADORES DE DESEMPENHO SOCIAIS											
Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente						Nível de importância do indicadores					
Emprego	LA1	Total de trabalhadores por tipo de emprego, contrato de trabalho e região.									
		Levantamento	NE	ENF	EI	E					
	LA2	Número total e taxa de rotatividade de empregados por faixa etária, gênero e região.									
		Levantamento	NE	ENF	EI	E					
Relações entre os Trabalhadores e a Governança	LA4	Percentual de empregados abrangidos por acordos de negociação coletiva.									
		Levantamento	NE	ENF	EI	E					
Relações entre os Trabalhadores e a Governança	LA5	Prazo mínimo para notificação referente a mudanças operacionais, incluindo se esse procedimento está especificado em acordos de negociação coletiva.									
		Levantamento	NE	ENF	EI	E					

Saúde e Segurança no Trabalho	LA7	Taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absentismo e faltos relacionados ao trabalho, por região.									
	Levantamento	NE	ENF	EI	E						
	LA8	Programas de educação, treinamento, aconselhamento, prevenção e controle de risco em andamento para dar assistência a empregados, seus familiares ou membros da comunidade com relação a doenças graves.									
	Levantamento	NE	ENF	EI	E						
Treinamento e Educação	LA10	Média de horas de treinamento por ano, por funcionário, discriminadas por categoria funcional.									
	Levantamento	NE	ENF	EI	E						
Diversidade e Igualdade de Oportunidade	LA13	Composição de grupos responsáveis pela governança corporativa e discriminação de empregados por categoria, de acordo com gênero, faixa etária, mononrias e outros indicadores de diversidade.									
	Levantamento	NE	ENF	EI	E						
	LA14	Proporção de salário base entre homens e mulheres, por categoria funcional.									
	Levantamento	NE	ENF	EI	E						
Sociedade						Nível de importância do indicadores:					
Aspecto	Indicador					1 = Irrelevante	2 = Pouco importante	3 = Nem importante e nem irrelevante	4 = Importante	5 = Muito importante	
Comunidade	SO1	Natureza, escopo e eficácia de quaisquer programas e práticas para avaliar e gerir os impactos das operações nas comunidades, incluindo a entrada, operação e saída.									
	Levantamento	NE	ENF	EI	E						

Corrupção	SO2	Percentual e número total de unidades de negócios submetidas a avaliações de riscos relacionados a corrupção.						
	Levantamento	NE ENF EI E						
SO3	SO3	Percentual de empregados treinados nas políticas e procedimentos anticorrupção da organização.						
	Levantamento	NE ENF EI E						
SO4	SO4	Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção.						
	Levantamento	NE ENF EI E						
Políticas Públicas	SO5	Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração de políticas públicas e lobbies.						
	Levantamento	NE ENF EI E						
Conformidade	SO8	Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não-monetárias resultantes da não-conformidade com leis e regulamentos.						
	Levantamento	NE ENF EI E						
Direitos Humanos			Nível de importância do indicadores					
Aspecto	Indicador		1 = Irrelevante	2 = Pouco importante	3 = Nem importante nem irrelevante	4 = Importante	5 = Muito importante	
Práticas de Investimento e de Processos de Compra	HR1	Percentual e número total de contratos de investimento significativos que incluem cláusulas referentes a direitos humanos ou que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos.						
	Levantamento	NE ENF EI E						
HR2	HR2	Percentual de empresas contratadas e fornecedores críticos que foram submetidos a avaliação referentes a direitos humanos, e medidas tomadas.						
	Levantamento	NE ENF EI E						
Não Discriminação	HR4	Número total de casos de discriminação e as medidas tomadas.						
	Levantamento	NE ENF EI E						
Liberdade de Associação e Negociação Coletiva	HR5	Operações identificadas em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva pode estar correndo risco significativo e as medidas tomadas para apoiar esse direito.						
	Levantamento	NE ENF EI E						

Aspecto	Indicador	Nível de importância do indicadores				
		1 = Irrelevante	2 = Pouco importante	3 = Nem importante nem irrelevante	4 = Importante	5 = Muito importante
Responsabilidade pelo Produto						
Trabalho Infantil	HR6	Operações identificadas como de risco significativo de ocorrência de trabalho infantil e as medidas tomadas para contribuir para a abolição do trabalho infantil.				
	Levantamento	NE	ENF	EI	E	
Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo	HR7	Operações identificadas como de risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo e as medidas tomadas para contribuir para a erradicação do trabalho forçado ou análogo ao escravo.				
	Levantamento	NE	ENF	EI	E	
Rotulagem de Produtos e Serviços						
Saúde e Segurança do Cliente	PR1	Fases do ciclo de vida de produtos e serviços em que os impactos na saúde e segurança são avaliados visando melhoria, e o percentual de produtos e serviços sujeitos a esse procedimentos.				
	Levantamento	NE	ENF	EI	E	
Rotulagem de Produtos e Serviços	PR3	Tipo de informação sobre produtos e serviços exigida por procedimentos de rotulagem, e o percentual de produtos e serviços sujeitos a tais exigências.				
	Levantamento	NE	ENF	EI	E	
Comunicações de Marketing	PR6	Programas de adesão às leis, normas e códigos voluntários relacionados a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio.				
	Levantamento	NE	ENF	EI	E	
Conformidade de	PR9	Valor monetário de multas (significativas) por não-conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços.				
	Levantamento	NE	ENF	EI	E	

APÊNDICE B - Questionário 2

Produtos e Serviços	EN26	Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços e a extensão da redução desses impactos.											
	EN27	Percentual de produtos e suas embalagens recuperados em relação ao total de produtos vendidos, por categoria de produto.											
Conformidade	EN28	Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não-monetárias resultantes da não conformidade com leis e regulamentos ambientais.											

INDICADORES DE DESEMPENHO SOCIAIS

Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente

Aspectos escolhidos	Indicador	Esse indicador já é mencionado como importante pelos stakeholders?	Isso constitui um futuro desafio para seu setor? Ele já é discutido por seus pares?	Está relacionado a importantes leis, regulamentos, acordos internacionais ou voluntários com relevância estratégica para sua organização ou seus stakeholders?	Constitui uma oportunidade e para sua organização?	Contribui para a probabilidade e de ocorrer um risco significativo para sua organização?	É reconhecido por especialistas/ especialistas como um risco para a sustentabilidade?	Sua organização tem conhecimentos ou competências especializadas para contribuir com a sustentabilidade nessa área?	Contribui para a implementação bem-sucedida de sua estratégia ou reforça os "valores" de sua organização?
Emprego	LA1	Total de trabalhadores por tipo de emprego, contrato de trabalho e região.							
	LA2	Número total e taxa de rotatividade de empregados por faixa etária, gênero e região...							

ANEXO A - Nível de aplicação

Conteúdo do Relatório

	C	C+	B	B+	A	A+
Metas G3	Responder aos itens: 1.1; 2.1 a 2.10; 3.1 a 3.8; 3.10 a 3.12; 4.1 a 4.4, 4.14 a 4.15		Responder a todos os critérios elencados para o Nível C, mais: 1.2; 3.9, 3.13; 4.5 a 4.13, 4.16 a 4.17		O mesmo exigido para o Nível B	
Informações sobre a Forma de Gestão da G3	Não exigido	Com Verificação externa	Informações sobre a Forma de Gestão para cada Categoria de Indicador	Com Verificação externa	Forma de Gestão divulgada para cada Categoria de Indicador	Com Verificação externa
Indicadores de Desempenho da G3 & Indicadores de Desempenho do Suplemento Setorial	Responder a um mínimo de 10 Indicadores de Desempenho, incluindo pelo menos um de cada uma das seguintes áreas de desempenho: social, econômico e ambiental.		Responder a um mínimo de 20 Indicadores de Desempenho, incluindo pelo menos um de cada uma das seguintes áreas de desempenho: econômico, ambiental, direitos humanos, práticas trabalhistas, sociedade, responsabilidade pelo produto.		Responder a cada Indicador essencial da G3 e do Suplemento Setorial com a devida consideração ao Princípio da Materialidade de uma das seguintes formas: (a) respondendo ao indicador ou (b) explicando o motivo da omissão.	

ANEXO B - Descrição dos indicadores

Econômico

Indicadores de Desempenho

Aspecto: Desempenho Econômico

Essencial	EC1	Valor econômico direto gerado e distribuído, incluindo receitas, custos operacionais, remuneração de empregados, doações e outros investimentos na comunidade, lucros acumulados e pagamentos para provedores de capital e governos.
Essencial	EC2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização devido a mudanças climáticas.
Essencial	EC3	Cobertura das obrigações do plano de pensão de benefício definido que a organização oferece.
Essencial	EC4	Ajuda financeira significativa recebida do governo.

Aspecto: Presença no Mercado

Adicional	EC5	Variação da proporção do salário mais baixo comparado ao salário mínimo local em unidades operacionais importantes.
Essencial	EC6	Políticas, práticas e proporção de gastos com fornecedores locais em unidades operacionais importantes.
Essencial	EC7	Procedimentos para contratação local e proporção de membros de alta gerência recrutados na comunidade local em unidades operacionais importantes.

Aspecto: Impactos Econômicos Indiretos

Essencial	EC8	Desenvolvimento e impacto de investimentos em infra-estrutura e serviços oferecidos, principalmente para benefício público, por meio de engajamento comercial, em espécie ou atividades pro bono.
Adicional	EC9	Identificação e descrição de impactos econômicos indiretos significativos, incluindo a extensão dos impactos.

Meio Ambiente

Indicadores de Desempenho

Aspecto: Materiais

Essenc. EN1 Materiais usados por peso ou volume.

Essenc. EN2 Percentual dos materiais usados provenientes de reciclagem.

Aspecto: Energia

Essenc. EN3 Consumo de energia direta discriminado por fonte de energia primária.

Essenc. EN4 Consumo de energia indireta discriminado por fonte primária.

Adic. nat. EN5 Energia economizada devido a melhorias em conservação e eficiência.

Adicional EN6 Iniciativas para fornecer produtos e serviços com baixo consumo de energia, ou que usem energia gerada por recursos renováveis, e a redução na necessidade de energia resultante dessas iniciativas.

Adicional EN7 Iniciativas para reduzir o consumo de energia indireta e as reduções obtidas.

Aspecto: Água

Essenc. EN8 Total de retirada de água por fonte.

Adic. EN9 Fontes hídricas significativamente afetadas por retirada de água.

Adic. EN10 Percentual e volume total de água reciclada e reutilizada.

Aspecto: Biodiversidade

Essenc. EN11 Localização e tamanho da área possuída, arrendada ou administrada dentro de áreas protegidas, ou adjacente a elas, e áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.

Essenc. EN12 Descrição de impactos significativos na biodiversidade de atividades, produtos e serviços em áreas protegidas e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.

Adic. EN13 Habitats protegidos ou restaurados.

Adic. EN14 Estratégias, medidas em vigor e planos futuros para a gestão de impactos na biodiversidade.

Adic. EN15 Número de espécies na Lista Vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação com habitats em áreas afetadas por operações, discriminadas por nível de risco de extinção.

Aspecto: Emissões, Efluentes e Resíduos

Essenc. EN16 Total de emissões diretas e indiretas de gases causadores do efeito estufa, por peso.

Essenc. EN17 Outras emissões indiretas relevantes de gases causadores do efeito estufa, por peso.

Adic. EN18 Iniciativas para reduzir as emissões de gases causadores do efeito estufa e as reduções obtidas.

Essenc. EN19 Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio, por peso.

Essenc. EN20 NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e peso.

Essenc. EN21 Descarte total de água, por qualidade e destinação.

Essenc. EN22 Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição.

Essenc. EN23 Número e volume total de derramamentos significativos.

Adic. EN24 Peso de resíduos transportados, importados, exportados ou tratados considerados perigosos nos termos da Convenção da Basileia - Anexos I, II, III e VIII, e percentual de carregamentos de resíduos transportados internacionalmente.

Adic. EN25 Identificação, tamanho, status de proteção e índice de biodiversidade de corpos d'água e habitats relacionados significativamente afetados por descartes de água e drenagem realizados pela organização relatora.

Aspecto: Produtos e Serviços

Essenc. EN26 Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços e a extensão da redução desses impactos.

Essenc. EN27 Percentual de produtos e suas embalagens recuperados em relação ao total de produtos vendidos, por categoria de produto.

Aspecto: Conformidade

Essenc. EN28 Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não-monetárias resultantes da não conformidade com leis e regulamentos ambientais.

Aspecto: Transporte

Adic. EN29 Impactos ambientais significativos do transporte de produtos e outros bens e materiais utilizados nas operações da organização, bem como do transporte dos trabalhadores.

Aspecto: Geral

Adic. EN30 Total de investimentos e gastos em proteção ambiental, por tipo.

Práticas Trabalhistas & Trabalho Decente

Indicadores de Desempenho

Aspecto: Emprego

Essencial LA1 Total de trabalhadores por tipo de emprego, contrato de trabalho e região.

Essencial LA2 Número total e taxa de rotatividade de empregados por faixa etária, gênero e região.

Adicional LA3 Benefícios oferecidos a empregados de tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou em regime de meio período, discriminados pelas principais operações.

Aspecto: Relações entre os Trabalhadores e a Governança

Essencial LA4 Percentual de empregados abrangidos por acordos de negociação coletiva.

Essencial LA5 Prazo mínimo para notificação com antecedência referente a mudanças operacionais, incluindo se esse procedimento está especificado em acordos de negociação coletiva.

Aspecto: Segurança e Saúde no Trabalho

Essencial LA6 Percentual dos empregados representados em comitês formais de segurança e saúde, compostos por gestores e trabalhadores, que ajudam no monitoramento e aconselhamento sobre programas de segurança e saúde ocupacional.

Essencial LA7 Taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e óbitos relacionados ao trabalho, por região.

Essencial LA8 Programas de educação, treinamento, aconselhamento, prevenção e controle de risco em andamento para dar assistência a empregados, seus familiares ou membros da comunidade com relação a doenças graves.

Essencial LA9 Temas relativos a segurança e saúde cobertos por acordos formais com sindicatos.

Aspecto: Treinamento e Educação

Essencial LA10 Média de horas de treinamento por ano, por empregado, discriminadas por categoria funcional.

Essencial LA11 Programas para gestão de competências e aprendizagem contínua que apóiam a continuidade da empregabilidade dos funcionários e para gerenciar o fim da carreira.

Essencial LA12 Percentual de empregados que recebem regularmente análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira.

Aspecto: Diversidade e Igualdade de Oportunidades

Essencial LA13 Composição dos grupos responsáveis pela governança corporativa e discriminação de empregados por categoria, de acordo com gênero, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade.

Essencial LA14 Proporção de salário base entre homens e mulheres, por categoria funcional.

Responsabilidade pelo Produto

Indicadores de Desempenho

Aspecto: Saúde e Segurança do Cliente

Essencial PR1 Fases do ciclo de vida de produtos e serviços em que os impactos na saúde e segurança são avaliados visando melhoria, e o percentual de produtos e serviços sujeitos a esses procedimentos.

Adicional PR2 Número total de casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados aos impactos causados por produtos e serviços na saúde e segurança durante o ciclo de vida, discriminados por tipo de resultado.

Aspecto: Rotulagem de Produtos e Serviços

Essencial PR3 Tipo de informação sobre produtos e serviços exigida por procedimentos de rotulagem, e o percentual de produtos e serviços sujeitos a tais exigências.

Adicional PR4 Número total de casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados a informações e rotulagem de produtos e serviços, discriminados por tipo de resultado.

Adicional PR5 Práticas relacionadas à satisfação do cliente, incluindo resultados de pesquisas que medem essa satisfação.

Aspecto: Comunicações de Marketing

Essencial PR6 Programas de adesão às leis, normas e códigos voluntários relacionados a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio.

Adicional PR7 Número total de casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio, discriminados por tipo de resultado.

Aspecto: Privacidade do Cliente

Adicional PR8 Número total de reclamações comprovadas relativas a violação de privacidade e perda de dados de clientes.

Aspecto: Conformidade

Essencial PR9 Valor monetário de multas (significativas) por não-conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços.

Sociedade

Indicadores de Desempenho

Aspecto: Comunidade

Essencial S01 Natureza, escopo e eficácia de quaisquer programas e práticas para avaliar e gerir os impactos das operações nas comunidades, incluindo a entrada, operação e saída.

Aspecto: Corrupção

Essencial S02 Percentual e número total de unidades de negócios submetidas a avaliações de riscos relacionados a corrupção.

Essencial S03 Percentual de empregados treinados nas políticas e procedimentos anticorrupção da organização.

Essencial S04 Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção.

Aspecto: Políticas Públicas

Essencial S05 Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração de políticas públicas e *lobbies*.

Essencial S06 Valor total de contribuições financeiras e em espécie para partidos políticos, políticos ou instituições relacionadas, discriminadas por país.

Aspecto: Concorrência Desleal

Essencial S07 Número total de ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio e seus resultados.

Aspecto: Conformidade

Essencial S08 Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não-monetárias resultantes da não-conformidade com leis e regulamentos.

Direitos Humanos

Indicadores de Desempenho

Aspecto: Práticas de Investimento e de Processos de Compra

Essencial HR1 Percentual e número total de contratos de investimento significativos que incluem cláusulas referentes a direitos humanos ou que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos.

Essencial HR2 Percentual de empresas contratadas e fornecedores críticos que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos e as medidas tomadas.

Adicional HR3 Total de horas de treinamento para empregados em políticas e procedimentos relativos a aspectos de direitos humanos relevantes para as operações, incluindo o percentual de empregados que recebeu treinamento.

Aspecto: Não Discriminação

Essencial HR4 Número total de casos de discriminação e as medidas tomadas.

Aspecto: Liberdade de Associação e Negociação Coletiva

Essencial HR5 Operações identificadas em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva pode estar correndo risco significativo e as medidas tomadas para apoiar esse direito.

Aspecto: Trabalho Infantil

Essencial HR6 Operações identificadas como de risco significativo de ocorrência de trabalho infantil e as medidas tomadas para contribuir para a abolição do trabalho infantil.

Aspecto: Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo

Essencial HR7 Operações identificadas como de risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo e as medidas tomadas para contribuir para a erradicação do trabalho forçado ou análogo ao escravo.

Aspecto: Práticas de Segurança

Adicional HR8 Percentual do pessoal de segurança submetido a treinamento nas políticas ou procedimentos da organização relativos a aspectos de direitos humanos que sejam relevantes às operações.

Aspecto: Direitos Indígenas

Adic. HR9 Número total de casos de violação de direitos dos povos indígenas e medidas tomadas.

ANEXO C – Princípios do contexto da sustentabilidade e da abrangência



Ao diminuir ou aumentar sua lista de indicadores, pense nas seguintes perguntas para ter certeza que você cobriu o **Princípio do Contexto da Sustentabilidade**, conforme definido nas Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade da GRI – G3:

- A lista de indicadores resultantes do teste de materialidade apresenta o entendimento da organização sobre questões de desenvolvimento sustentável?
- A lista de indicadores faz referência a condições e metas mais abrangentes de desenvolvimento sustentável? (Ex.: Se sua organização atua em uma região com alta incidência de HIV mas não em um setor com altas taxas, ainda assim você incluiria o desempenho da sua organização nessa questão?)
- A lista de indicadores apresenta o desempenho da organização de forma a comunicar a magnitude de seus impactos em um contexto geográfico apropriado?
- A lista de indicadores descreve estratégia, riscos e oportunidades de longo prazo, incluindo temas de sua cadeia de suprimentos?

Ao responder às perguntas abaixo você poderá ter que incluir alguns indicadores que havia deixado de fora. Após as inclusões que se façam necessárias, você deve também verificar sua escolha de indicadores relevantes utilizando o **Princípio da Abrangência**. Isso o ajudará a ter certeza de que, sem querer, não deixou nada de fora. Você deve se fazer as seguintes perguntas, conforme definições encontradas nas Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade da GRI – G3:

- A lista de indicadores abrange prioridades de toda a cadeia?
- A lista de indicadores reflete o desempenho de todas as entidades que estão sob o controle da sua organização ou que exercem influência significativa sobre ela?
- A lista de indicadores inclui todas as ações ou eventos significativos referentes a sustentabilidade que ocorreram durante o período coberto pelo relatório? O mesmo ocorre em relação a eventos já planejados para o futuro e eventos passados?
- A lista de indicadores omite informações relevantes para as avaliações ou decisões dos stakeholders?

Os Princípios da versão G3 da GRI deverão ser levados em consideração na preparação dos relatórios da GRI qualquer que seja o Nível de Aplicação do relatório, conforme a tabela da página 67.

Dica

Atenção ao limite e período do relatório

Antes de avaliar o esforço necessário para monitorar e registrar informações, você deve determinar quais entidades terão seu desempenho representado pelo relatório. O limite do relatório de sustentabilidade deve incluir as entidades sobre as quais sua organização exerce controle ou influência significativa, como, por exemplo, subsidiárias, outros escritórios, unidades de produção, joint ventures, lojas, cadeia de suprimentos, distribuidores e clientes. Nem todas as entidades dentro do limite do relatório devem ser relatadas da mesma maneira. As diferenças devem ser claramente explicadas quando o relatório for feito. Você deve também especificar o período de tempo coberto pelo relatório.